

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Nova ponte em Entre-os-Rios



(Pag 14)

Todos os canais para Açores e Madeira



(Pag 12)

Banda Larga essencial ao País



(Pag 20)

O Presidente do PSD em Aveiro



«Seja qual for o resultado eu não sou como outros que fogem».

(Pag 15)

Intervenção sobre o comércio de órgãos e tecidos humanos

Deputado Eugénio Marinho
Assembleia da República



(...)

Esta iniciativa legislativa corresponde a uma preocupação legítima e actual, de um Mundo cada vez mais movido por interesses de ordem financeira, e por grupos criminosos, despidos de consciência, que tudo utilizam para realizar dinheiro.

É do conhecimento geral que **a miséria e a vulnerabilidade de muitos seres humanos, é um espaço de proliferação de “abutres” que conseguem levar muitos a permitir a amputação dos seus próprios órgãos ou a “profanação” dos cadáveres dos seus entes queridos.**

(...)

Não pode, por isso, a nossa sociedade deixar passar impune gente tão impiedosa, tão cruel e tão ignóbil. Criminosos do tipo mais sanguinário que existe e que têm, por isso, de ser severamente reprimidos.

(...)

Actualmente no nosso edifício legislativo temos a lei nº 12/93 de 22 de Abril, que agora se visa alterar ou complementar e que versa sobre a colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana.

E o dec-lei nº 274/99 de 22 de Julho que regula as situações em que é lícita a dissecação de cadáveres, ou de partes deles, de cidadãos nacionais, apátridas ou estrangeiros residentes em Portugal, bem como a extração de peças, tecidos ou órgãos, para fins de ensino e de investigação científica.

Aquele diploma prevê já no seu artigo 5º a gratuitidade da dádiva de tecidos ou órgãos com fins terapêuticos de transplante e prevê ainda no

seu artigo 16º a responsabilidade penal dos infractores à lei, nos termos da lei geral.

Por seu turno, o dec-lei nº 274/99 prevê no seu artigo 5º a necessidade de manifestação de oposição à doação de órgãos, a proibição de comercialização de cadáveres e de peças, tecidos ou órgãos deles extraídos, no seu artigo 6º e ainda no seu artigo 20º, uma disposição penal para quem proceder à comercialização de cadáveres ou de parte deles.

Não se encontra, por isso, o nosso ordenamento jurídico, nesta matéria desprovido de meios sancionatórios contra os infractores destes normativos legais e que procedam à comercialização de órgãos ou de tecidos humanos.

(...)

É fundamental que sejamos precisos, rigorosos e meticolosos na produção legislativa que nos cumpre levar a cabo.

Apesar de tudo isto, necessariamente que o Grupo Parlamentar do PSD não vai inviabilizar a aprovação deste projecto de lei, antes pelo contrário, não só a apoiamos, como estamos disponíveis e dispostos a dar a nossa melhor colaboração em sede de especialidade, para que o texto final a ser aprovado venha a corresponder por inteiro, quer às pretensões dos proponentes, quer às pretensões da população portuguesa em geral.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 11 de Fevereiro de 2004-15:00h

Discussão conjunta:

Proposta de Lei nº 105/IX (GOV)

Projecto de Lei nº 407/IX (BE)

(Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência)

Proposta de Lei nº 110/IX (GOV)

(Possibilita a inscrição no recenseamento eleitoral de nacionais dos novos países aderentes à União Europeia legalmente residentes em Portugal, por forma a assegurar o exercício efectivo do direito de voto na eleição para o Parlamento Europeu a ocorrer em Junho de 2004)

Proposta de Resolução nº 56/IX (GOV)

(Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional, o Protocolo Adicional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, e o Protocolo Adicional contra o tráfico ilícito de migrantes por via terrestre, marítima e aérea, adoptados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000)

Projecto de Lei nº 408/IX (PSD e CDS-PP)

(Regime especial para a reparação dos danos provocados pelos incêndios do verão de 2003)

Quinta-Feira, dia 12 de Fevereiro de 2004-15:00h

Discussão conjunta:

Proposta de Lei nº 107/IX (GOV)

Projecto de Lei nº 186/IX (PCP)

Projecto de Lei nº 317/IX (PS)

(Alteração, que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes para efeitos de aposentação e reforma)

Discussão conjunta:

Projecto de Lei nº 246/IX (PCP)

(Confirma o passe social intermodal como título nos transportes colectivos de passageiros e actualiza o âmbito geográfico das respectivas coroa na Área Metropolitana de Lisboa)

Projecto de Lei nº 247/IX (PCP)

(Cria o passe social intermodal na Área Metropolitana do Porto)

VOTAÇÕES no final do debate.

Sexta-Feira, dia 13 de Janeiro de 2004-10:00h

Projecto de Lei nº 392/IX (BE)

(Prescrição médica para cuidados paliativos nos casos de doença crónica grave e doença terminal)

Projecto de Lei nº 121/IX (BE)

(Regime especial de reformas antecipadas para os bailarinos profissionais de bailado clássico ou contemporâneo)



Intervenção sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2004-2007

Deputado Hugo Velosa

Assembleia da República, 4 de Fevereiro de 2004

(...)

É inaceitável que o Partido Socialista não queira participar com propostas concretas, no debate do **Programa de Estabilidade e Crescimento** no período de 2004 a 2007.

Até hoje o Partido Socialista tem-se refugiado em dois argumentos:

- 1º O Programa de Estabilidade e Crescimento é um facto consumado;

- 2º O que haveria a discutir agora seria o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

(...)

O **Programa de Estabilidade e Crescimento é um documento em aberto**: podem e devem surgir propostas de alteração.

(...)

Convém aqui lembrar o Boletim de Dezembro do Banco de Portugal sobre o Crescimento e Estabilidade da Economia Portuguesa: Há uma quase total convergência entre o documento assinado pelo Dr. Vítor Constâncio e o Programa de Estabilidade e Crescimento.

Nestes dois documentos há vários pontos em comum:

- A recuperação da procura externa;
- Um melhor comportamento da inflação;
- Uma marcada redução do défice externo;
- Após um período de excessos de aumento da despesa, está a ocorrer um inevitável ajustamento que sempre daria origem a uma desaceleração do



crescimento;

- A divergência do crescimento da economia portuguesa com a média europeia é uma situação conjuntural, conservando a economia o seu potencial de crescimento para, no futuro, ocorrer uma aproximação aos nossos parceiros europeus;

- A constatação dos sinais de retoma comprovativos de que se iniciou uma inversão do ciclo económico;

- Há indícios de que o rendimento disponível das famílias portuguesas volta a ter crescimento positivo nos próximos anos.

- Há necessidade de continuação da disciplina orçamental.

(...)

O Programa de Estabilidade e Crescimento é um excelente documento - base que vem proposto pelo Governo.

(...)

Sejamos claros: sem contributos da oposição o que vai ficar para a história é a teimosia de uma oposição que não consegue aparecer, perante os portugueses e esta Câmara, como capaz de participar em consensos ou de, no mínimo, dizer substancialmente o que quer.

(...)

É claro que seria desejável um consenso parlamentar alargado, por exemplo, no estabelecimento das bases plurianuais para o Orçamento de Estado. Esta actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2004/2007 é sem dúvida, um primeiro passo fundamental naquele sentido.

O Governo e a maioria estão a cumprir estes desígnios nacionais. As oposições e o Partido Socialista em particular, parece que querem ficar à margem do futuro próximo de Portugal. É pena, mas o Governo e a maioria assumem as suas responsabilidades: As oposições e o Partido Socialista que assumam as suas!

(...)

Estamos a debater orientações estratégicas, e não se compreende nem se aceita a ausência da oposição. Mas o **Governo e a maioria vão conseguir um futuro melhor para Portugal** para o qual se deseja que tenha apoios e consensos da oposição.

(...)

Observatório

A esquerda tablóide

Até o Dr. Soares vai metendo a sua colherada purgativa aqui e ali, embora sem conseguir perturbar um Primeiro Ministro.

Vasco Graça Moura, *Diário de Notícias*, 04/01/04

Quando o telefone toca...

Não podemos referendar com o espírito de quem troca de carro, bem como é inaceitável repetir referendos até que o resultado agrade aos fazedores de opinião.

Gonçalo Capitão, *A Capital*, 04/01/04

A sucata do Alvito

Parte da encosta já está limpa e será toda limpa dentro de alguns dias. O mesmo acontece com muita sucata que por aí anda, nomeadamente na legislação que devia ser limpa, nunca devia ter chegado a existir.

Pedro Santana Lopes, *Diário de Notícias*, 05/01/04

O "Aparelho"

Hoje, os lugares de governação exigem capacidade de comunicação e características de liderança, predicados que só se adquirem e exercitam na "Universidade" dos aparelhos partidários.

Luís Filipe Menezes, *Correio da Manhã*, 05/01/04

Simulacro Parlamentar

Da parte do Governo e da maioria, estamos de consciência tranquila por tudo ter feito para nos aproximarmos do PS.

Guilherme Silva, *A Capital*, 06/0/04

Sério Bloqueio

O establishment na política, no associativismo e nas cooperações é um dos bloqueios económicos mais sérios ao desenvolvimento económico do país.

Jorge Neto, *Premium*, 06/02/2004

Intervenção sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2004-2007

Deputado Mário Patinha Antão

Assembleia da República, 4 de Fevereiro de 2004

(...)
Neste Programa o **Governo apresenta o compromisso plurianual** que entende assumir quanto à execução das suas políticas económicas e sociais, e quanto aos resultados que, através delas se propõe alcançar, para o período de 2004-2007.

Não o faz livremente.

Antes o apresenta, conforme o **determina a Lei de Enquadramento Orçamental**, lei de valor reforçado, aprovada nesta Câmara, isto é, para cumprir as obrigações decorrentes do artigo 104º do Tratado da União Europeia e, do Pacto de Estabilidade e Crescimento, até à plena realização deste.

(...)

Verificada que está a magna importância deste debate, importa, de seguida, sublinhar a importância dele desembocar num vasto consenso parlamentar.

Consenso do qual, de resto, já foi dado o primeiro passo, o ano passado, no debate sobre a actualização do Programa, então para 2003-2006, quando a Câmara aprovou, por vasta maioria, a Resolução n.º 7/2003.



Devemos agora, seguindo a dinâmica de consensualidade do espírito desta Resolução, ampliar tal consenso, em extensão e profundidade.

Ao fazê-lo, a Câmara corresponderá ao apelo que o Senhor Presidente da República lhe endereçou, no passado dia 14 de Janeiro.

(...)

Entenderão alguns que, mais importante do que proceder a este debate, seria debater a reavaliação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tema que a crise aberta pelos défices excessivos da França e Alemanha tornou actual.

Tal não é verdade.

Pela simples razão de que as importâncias de ambos os debates não são mutuamente exclusivas

(...)

...o debate a que hoje a Câmara se dedica é sobre a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2004-2007. Essa é, naturalmente, a questão central, nuclear.

(...)

...orientações estratégicas é do interesse nacional que seja assegurada num horizonte plurianual que excede o tempo de cada legislatura.

Saibamos todos estar à altura desta responsabilidade histórica perante os nossos concidadãos.

(...)

Intervenção sobre o regime de atribuição de apoios financeiros do Ministério da Cultura a entidades que exercem actividades de carácter profissional no domínio das artes plásticas e visuais

Deputado Pedro Alves

Assembleia da República, 5 de Fevereiro 2004



(...)

Com o presente Diploma, pela primeira vez, se estabelecem princípios gerais de atribuição de apoios sobre a forma de Decreto-Lei, **o Acto normativo constitucionalmente adequado.**

(...)

...por uma questão de repor a legalidade e respeitar a constituição, o **Decreto-Lei** já constitui uma **melhoria importante para o Estado e para a credibilidade do sector Cultural**, ao compararmos a situação actual à situação existente antes de o Governo legislar sobre a matéria.

(...)

O PSD propõe

Projecto de Lei n.º 408/IX
Regime especial para a preparação dos danos provocados pelos incêndios do verão de 2003.

Na sequência dos incêndios ocorridos no verão de 2003, que resultaram de uma vaga de calor em que se verificaram temperaturas superiores a 40º centígrados, foi declarada pelo Governo a situação de calamidade pública na área dos distritos de Beja, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Portalegre, Leiria, Lisboa, Setúbal e Faro, bem como, a criação de uma linha de crédito especial para apoio à reparação dos danos provocados em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público e um regime excepcional para a execução, em regime de empreitada, pelos municípios das obras necessárias naquelas reparações.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 4, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou diversos diplomas, dos quais um Decreto-Lei que revoga o Decreto-Lei n.º 380/93, de 15 de Novembro, que estabelece regras relativas à **aquisição de acções representativas do capital das sociedades a reprivatizar**.

O Decreto-Lei n.º 380/93, hoje revogado, visou, essencialmente, permitir ao Governo acompanhar a evolução das estruturas accionistas das empresas a reprivatizar, nas diferentes fases sucessivas das operações de reprivatização, tendo em vista o reforço da capacidade empresarial daquelas, de forma compatível com as orientações assumidas na condução do processo de reprivatizações. Essa necessidade de acompanhamento da evolução das estruturas accionistas resultou, fundamentalmente, da realização de operações de reprivatização que não se esgotam numa única fase, mas se prolongam por estádios sucessivos.

O diploma que ora se revoga constituiu um marco importante no desenvolvimento do processo de reprivatizações em Portugal, sendo legítimo considerar os resultados alcançados como globalmente positivos.

No entanto, considerando o actual estágio de concretização deste processo de reprivatizações, o diploma em apreço cumpriu já, no essencial, a função para que foi criado, não se justificando, no presente, a sua manutenção, pelo que se opta pela sua revogação.

Artes e actividades cinematográficas e do audiovisual

O Conselho aprovou a apresentação, para aprovação pela Assembleia da República de uma Proposta de Lei que estabelece o regime e os princípios da acção do Estado no quadro do fomento, desenvolvimento e protecção das artes e actividades cinematográficas e do audiovisual.

A presente Proposta de Lei pretende:

- Apoiar o desenvolvimento sustentado da criação, produção, distribuição, exibição, difusão, edição e promoção nacional e internacional das obras, bem como fomentar a constituição de um tecido industrial equilibrado, adoptando medidas que garantam o exercício das actividades de realizador e de produtor sem hiatos prejudiciais à construção e continuação de uma obra pessoal coerente;

- Diversificar a origem e aumentar os financiamentos ao cinema e ao audiovisual, nomeadamente através de novas formas de mecenato e da intervenção de novas entidades financiadoras;

- Defender a diversidade da produção cinematográfica e audiovisual, garantindo a liberdade de criação artística;

- Promover o acesso dos jovens realizadores ao mercado de trabalho e apoiar as primeiras obras e as obras de carácter experimental;

- Colaborar no estabelecimento de uma estratégia integrada para os sectores do cinema, do audiovisual e das telecomunicações;

- Garantir a igualdade de acesso dos cidadãos a todas as formas de expressão cinematográficas e audiovisuais;

- Garantir que os critérios de atribuição de apoios do Estado não sejam essencialmente subjectivos, casuísticos e discriminatórios e se apoiem, fundamentalmente, na natureza, características, qualidades e condições de realização das obras;

- Incentivar a co-produção internacional, através da celebração de acordos bilaterais de reciprocidade e convenções internacionais, em especial com os países de língua oficial portuguesa;

- Desenvolver os mercados da

distribuição e exibição cinematográfica e da difusão audiovisual, através da criação de incentivos e da celebração de acordos bilaterais e multilaterais de reciprocidade;

- Incentivar a divulgação e a promoção da produção cinematográfica e audiovisual, tanto em Portugal como no estrangeiro;

- Promover a livre circulação das obras cinematográficas e audiovisuais;

- Promover a participação do sector privado no desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual;

- Promover a participação das entidades representativas dos sectores cinematográfico e audiovisual na definição das medidas de política para o cinema e audiovisual;

- Promover a conservação do património cinematográfico e audiovisual;

- Desenvolver o ensino e a formação profissional contínua.

Lei Orgânica do Banco de Portugal

Um Decreto-Lei altera os artigos 8.º a 11.º, 53.º e 55.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela

Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro.

As alterações introduzidas pelo presente diploma visam completar o ordenamento jurídico nacional, no que se refere à falsificação de notas e moedas metálicas, e fixar o correspondente regime de contra-ordenações e sanções, de forma a compatibilizá-lo totalmente com o quadro normativo comunitário, bem como dar cobertura legal a uma reserva especial relativa aos ganhos em operações de alienação de ouro e, ainda, alterar, de semanal para mensal, a periodicidade de publicação pelo Banco de Portugal da sinopse dos seus activos e passivos.

Cidadela de Cascais vai servir a cultura e o turismo

Por Resolução do Conselho é desafectado do domínio público militar parte do Prédio Militar n.º 12/Cascais, designado “Cidadela de Cascais”, no município de Cascais.

O presente diploma, que desafecta do domínio público militar e consequentemente integra no domínio privado do Estado parte do prédio militar n.º

Morais Sarmiento e a nova proposta de Lei do Cinema

Anunciando e comentando a decisão do Governo, aprovada em Conselho de Ministros, da criação de um fundo destinado a fomentar, desenvolver e proteger a produção audiovisual (cinema e televisão), que será “aberto” a investidores privados e públicos, o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, falando aos jornalistas após a última reunião do plenário do Governo, afirmou: “O nosso objectivo é deixarmos de falar apenas de cinema, para passarmos a falar de produção cinematográfica e televisiva”.

Sublinhando que a apresentação detalhada da proposta de lei hoje aprovada ocorreria às 17:30, no Ministério da Cultura, Nuno Morais Sarmiento anunciou as linhas-gerais do documento, explicando que o seu objectivo visa “garantir a sustentabilidade da própria indústria” cinematográfica e audiovisual, através de novas regras e de novos financiamentos.

Sobre este último ponto, o ministro da Presidência - acompanhado pelo secretário de Estado da Cultura, João Amaral Lopes -, anunciou a intenção do Governo de aumentar a origem e os financiamentos ao cinema e audiovisual, através de novas formas de mecenato e da intervenção de novas entidades financiadoras.

A par desta medida, o Governo prevê ainda o aumento do investimento na distribuição, em cerca de dois por cento das receitas obtidas, e a criação de um programa plurianual, que visa apoiar as empresas que garantem a produção anual.

Em conferência de imprensa, Nuno Morais Sarmiento afirmou que o fundo de investimento que será criado irá ser “suficientemente atractivo” para que os operadores de televisão sejam, também eles, financiadores.

“Todas elas [SIC, TVI e RTP] mostraram-se interessadas nas conversações que tivemos”, acrescentou o ministro da Presidência, sublinhando que este fundo será um complemento das taxas que já existem.

“Esta lei visa ultrapassar o desfasamento que existia e sobre o qual as televisões se queixavam: o de ter de financiar o cinema português sem terem capacidade de opção”, afirmou ainda Morais Sarmiento.

Esta proposta de lei prevê ainda que a produção deixe de estar concentrada unicamente nas longa-metragens, estabelecendo-se também a obrigação de apoiar outras actividades ligadas ao sector audiovisual e cinematográfico, como filmes, documentários e animação.

O comunicado do Conselho de Ministros refere ainda que a proposta de lei hoje aprovada pretende promover o acesso de jovens realizadores ao mercado de trabalho e o apoio às primeiras obras ou obras de carácter experimental, garantir que os critérios de atribuição de apoios do Estado não sejam subjectivos ou discriminatórios e apoiar o desenvolvimento sustentado da criação, produção, distribuição, exibição, difusão, edição e promoção nacional e internacional das obras.

Além destes objectivos, o executivo pretende ainda incentivar a co-produção internacional através da celebração de acordos bilaterais de reciprocidade e convenções internacionais (sobretudo com países de língua oficial portuguesa), desenvolver os mercados de distribuição e exibição cinematográfica, promover a livre circulação das obras e desenvolver o ensino e formação profissional contínua. - **Lusa**

Conselho de Ministros

12/Cascais-Cidadela de Cascais, prossegue os objectivos determinados no Protocolo assinado entre os Ministros das Finanças, da Defesa Nacional e a Câmara Municipal de Cascais, com a finalidade de permitir a utilização do espaço para fins de utilidade pública cultural e turística.

Segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas

Por Decreto-Lei é alterado o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança a observar na concepção, instalação e manutenção das balizas de Futebol, de Andebol, de Hóquei e de Pólo Aquático e dos equipamentos de Basquetebol existentes nas instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio.

Com esta alteração, pretende-se alargar o âmbito de cobertura do seguro de responsabilidade civil exigível para as entidades responsáveis pelos equipamentos desportivos, devendo, tal seguro, abranger não apenas os danos causados aos utilizadores, em virtude das deficientes condições de instalação e manutenção desses equipamentos, mas de todos os equipamentos desportivos que integrem as instalações desportivas de uso público globalmente consideradas, susceptíveis de provocarem danos aos seus utilizadores.

Contrato com a Flex 2000, para projecto de investimento: 12 milhões de Euros e 110 postos de trabalho

Uma Resolução do Conselho aprova a minuta do Contrato de Investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e a Flex 2000 – Produtos Flexíveis, S.A., para a realização do projecto de investimento em Esmoriz.

A Flex 2000 – Produtos Flexíveis, S.A. pretende, com o presente investimento, a criação de uma empresa dedicada à fabricação de espuma de éter e de ester (sector automóvel). O projecto prevê a implementação de uma unidade de produção de espuma bastante automatizada que utilizará uma tecnologia inovadora no país – a tecnologia

CO2, mais limpa e que permite uma grande flexibilidade. Com este projecto, a FLEX 2000 assume um papel dinamizador activo no desenvolvimento das indústrias a jusante (essencialmente a de estofos), através do fornecimento de espumas, até agora importadas, a preços mais competitivos, bem como na investigação e desenvolvimento de novas composições e utilizações e no fomento da associação e desenvolvimento conjunto dessas indústrias. Desta forma, a empresa irá contribuir, de forma directa e indirecta, para a substituição e diminuição das importações de espumas e de produtos que incorporam esta matéria.

A empresa ficará igualmente dotada de tecnologia CAD, CNC e de equipamento laboratorial (desenvolvimento de novos modelos/produtos).

Trata-se de um projecto que envolve um investimento de € 12.211.074,78 e a criação e manutenção de 110 postos de trabalho directos.

Com a implementação do projecto, a empresa prevê alcançar um volume de vendas da ordem dos € 16.098.702.

Plano de Pormenor da Quinta do Vale - Monte Francisco

Uma Resolução do Conselho ratifica o Plano de Pormenor da Quinta do Vale-Monte Francisco, no município de Castro Marim.

Com a presente Resolução, visa-se a ratificação do Plano de Pormenor da Quinta do Vale - Monte Francisco, no município de Castro Marim, cujo objectivo é a concretização do Núcleo de Desenvolvimento Turístico, na Área de Aptidão Turística designada por AAT3 no Plano Director Municipal de Castro Marim.

Plano Director Municipal de Alpiarça

Também por resolução do Conselho de Ministros é ratificada a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alpiarça.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Alpiarça, de forma a possibilitar a construção, na área delimitada em anexo à presente Resolução, da unidade industrial de congelados Monliz, com criará 320 postos de trabalho com carácter fixo e sazonal, assegurará o escoamento da produção agrícola tradicional da região e fomentará alternativas de produção agrícola, nomeadamente brócolos, pimentos, courgettes, tomate, beringelas e favas, com vista

à exportação.

Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra

Uma Resolução do Conselho de Ministros ratifica o Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra, no município de Valença.

A Câmara Municipal de Valença, face à pressão de desenvolvimento industrial que se tem verificado no concelho, concebeu o presente Plano de Pormenor (agora ratificado pelo Governo), em terrenos que adquiriu para o município e que se localizam em Gandra, na área definida no artigo 63.º do Plano Director Municipal como “Unidade operativa de gestão e planeamento U6”, de forma a permitir a criação de mais infra-estruturas e equipamentos, com repercussões positivas a nível económico e social para o concelho.

Plano Director Municipal de Santarém

Outra Resolução do Conselho de Ministros ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Santarém.

Esta alteração ao Plano Director Municipal, respeitante à Quinta do Mergulhão, visa regularizar um compromisso da Câmara Municipal, anterior à elaboração daquele Plano, sem que para tal efeito se afectem terrenos com outros usos. Tem-se em consideração que a área objecto da alteração possui uma significativa procura devido à proximidade da Escola Superior Agrária e do Hospital Distrital de Santarém, que as freguesias de S. Nicolau e Salvador são aquelas em que nos últimos dez anos se verificou maior aumento da população no concelho de Santarém e que, por outro lado, a poente desta área existe uma significativa zona de protecção à Circular D. Luís I, que permanecerá como espaço verde de enquadramento.

Prorrogação da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Lousada

Ainda por Resolução do Conselho é ratificada a prorrogação por mais um ano do prazo de suspensão parcial do Plano Director Municipal de Lousada e do prazo de vigência das medidas preventivas, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2001, de 26 de Setembro.

A prorrogação do prazo de suspensão parcial do Plano Director Municipal e do prazo de vigência das medidas preventivas advém da manutenção das circunstâncias

excepcionais do ponto de vista económico, social e ambiental supervenientes ao plano que fundamentaram a respectiva suspensão parcial. Esta decisão destina-se, fundamentalmente, a continuar a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar, comprometer ou onerar as propostas para a área, destinada à implantação de um aterro de resíduos industriais banais e parque ambiental, na freguesia de Lustosa, contidas na revisão do Plano Director Municipal de Lousada, ainda em elaboração.

Programa Sapadores Florestais

Um Decreto-Lei cria, na dependência da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, o Programa Sapadores Florestais, tendo em vista a prevenção dos incêndios florestais.

O presente Decreto-Lei, cujo processo de audições se encontra em curso, regulamenta as funções de saporador florestal, as condições necessárias para atribuição da qualificação de saporador florestal, as entidades que podem candidatar-se à constituição de equipas, o processo de candidatura e os critérios de prioridade da aprovação das equipas e ainda enumera as despesas elegíveis e fixa os apoios a atribuir para a selecção e formação dos candidatos, equipamento e funcionamento das equipas.

Fundo Florestal Permanente

Também por Decreto-Lei é criado junto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), o Fundo Florestal Permanente.

O Fundo agora criado destina-se a apoiar, através dos incentivos financeiros adequados, o ordenamento e a gestão florestal, numa óptica de assegurar a sustentabilidade da floresta existente e daquela que vier a ser constituída, a defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente na sua vertente de prevenção, a gestão e valorização do património público e comunitário, a arborização com espécies florestais de relevância ambiental, a reestruturação fundiária e outros instrumentos adicionais que promovam o investimento florestal.

A importância do Fundo centra-se no carácter de estabilidade que permite garantir,

Conselho de Ministros

no longo prazo, recursos financeiros dirigidos à concretização dos objectivos da política florestal, assumindo um carácter complementar aos mecanismos de apoio financeiro nacionais ou comunitários já existentes.

A actuação do Fundo pauta-se por princípios de transparência e simplificação dos procedimentos administrativos e far-se-á através de várias formas de apoios, designadamente, subsídios, linhas de crédito, bonificação de prémios de seguros florestais e de garantias.

Criada a Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Um Decreto-Lei cria a Direcção-Geral dos Recursos Florestais e investe-a nas funções de autoridade florestal nacional.

O Governo, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 178/2003, aprovou um conjunto de objectivos a atingir e de acções para os alcançar, de entre os quais se conta a criação da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

Nesse sentido, o presente diploma, cujo processo de audições se encontra em curso, cria este novo serviço central do Ministério da

Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, responsável pela concepção, execução e avaliação da política florestal, cinegética e aquícola das águas interiores, verticalizando e integrando os serviços centrais e regionais competentes nesta matéria, racionalizando estruturas e dotando-o dos meios necessários ao exercício de uma efectiva coordenação dos serviços centrais, regionais e locais em matéria florestal.

Por outro lado, em cumprimento da Lei n.º 33/96 - Lei de Bases da Política Florestal, o Decreto-Lei hoje aprovado investe a Direcção-Geral dos Recursos Florestais das funções de autoridade florestal nacional e reformula as atribuições e competências que decorrem de tal estatuto

Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais

Um Decreto-Lei cria a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais. A Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais surge enquanto estrutura de concertação de estratégias, compatibilização e orientação de acções concretas de prevenção dos fogos florestais e defesa da floresta. O processo de audições relativo a este diploma decorre ainda.

Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Uma Proposta de Lei, apresentada para aprovação na assembleia, a criação das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A criação das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, enquanto centros de coordenação da acção local, insere-se no âmbito e sob coordenação das câmaras municipais.

Acções de recuperação das áreas florestais afectadas pelo fogo em 2003

Por Resolução do Conselho é criada, na dependência do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, uma estrutura de missão para o planeamento da intervenção e coordenação das acções de recuperação das áreas florestais afectadas pelo fogo em 2003.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 178/2003 determina a criação do Conselho Nacional de Reflorestação (CNR) e das Comissões Regionais de Reflorestação (CRR), consignando-lhes as respectivas funções.

Neste contexto, a presente Resolução cria uma estrutura de missão temporária, com a duração de dois anos, que passará a compreender o CNR e quatro CRR, cujo domínio de intervenção é delimitado pelas áreas arduas em 2003, dos concelhos identificados neste diploma.

Cabe ao CNR definir as linhas orientadoras para a programação das intervenções de recuperação das áreas abrangidas e coordenar as respectivas acções. Às CRR, por sua vez, compete desenvolver aquela programação e emitir parecer sobre os projectos de reflorestação.

O funcionamento da CNR e das CRR é assegurado pelo encarregado de missão e por quatro coordenadores regionais que envolverão a participação activa das comunidades atingidas, os serviços e organismos da administração central e local com competências na área florestal e as organizações sócio-profissionais do sector.

Prevê-se ainda que o apoio técnico e administrativo seja prestado pela Direcção-Geral das Florestas que suportará os encargos financeiros e os meios logísticos necessários.

Os Guardas Florestais dependem exclusivamente da Direcção Geral dos Recursos Florestais

Dignificação de carreiras e melhoria operacional

O secretário de Estado das Florestas, João Alves Soares, disse hoje que a criação de uma "hierarquia única" da Guarda Florestal deverá contribuir para a dignificação da carreira e a operacionalidade dos seus membros.

Os guardas florestais passam a depender em Fevereiro, exclusivamente, da Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), que substitui a Direcção Geral das Florestas (DGF), numa alteração que "constitui um ganho" para aqueles profissionais, anunciou João Alves Soares.

O governante falava no Centro de Operações e Técnicas Florestais, na Chã do Freixo, Lousã, numa cerimónia em que tomaram posse 33 novos guardas florestais. Em declarações à Agência Lusa, João Soares disse que respondeu, há alguns dias, a uma carta em que a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública manifesta preocupações quanto ao futuro da Guarda Florestal.

Na sua opinião, o novo enquadramento legal do corpo da Guarda Florestal não compromete o seu estatuto nem permite "alguma minimização" destes profissionais, como acontecia num "passado recente".

Perante os 33 novos guardas, João Soares recordou que a existência de uma "dupla tutela" (DGF e direcções regionais de Agricultura) era uma das queixas deste corpo policial, que vai passar a responder perante uma única entidade, a DGRF. Segundo o governante, o recrutamento de novos guardas florestais, que rondarão uma centena até final de 2004, visa contrariar a "tendência dos últimos anos" de decréscimo do número de efectivos da corporação e o seu rejuvenescimento. A idade média dos actuais 512 elementos da Guarda Florestal, cujo quadro dispõe de 1.200 lugares, é de 48 anos.

O secretário de Estado confirmou ainda a criação de um Fundo Florestal Permanente, cobrando uma taxa ao consumidor na compra de combustíveis, que integra um conjunto de medidas do Governo para intervenção na floresta. Assim, o consumidor de combustíveis para veículo automóveis pagará 0,5 cêntimos por cada litro de gasolina e 0,25 cêntimos no caso do gásóleo, sendo estes valores incluídos já no preço final. -

Fonte: Lusa

Victor Cruz dirigiu-se aos açorianos radicados na Costa Leste dos EUA e congratulou-se com a «Nova JSD»

No último dia do mês passado, o Presidente do PSD/Açores considerou que é preciso “fazer mais e fazer melhor” para aproximar os açorianos que residem nas nossas ilhas e os que se encontram radicados nas comunidades de emigrantes. Na sua mensagem para a tomada de posse dos novos órgãos directivos da Casa dos Açores da Nova Inglaterra (CANI), que se realizou em Providence, nos EU, Victor Cruz disponibilizou-se “inteiramente” para colaborar na concretização desse “grande objectivo para o reforço da açorianidade”.

“Já muito foi feito em 28 anos de regime autonómico, mas muito ainda nos falta fazer, para reforçar cada vez mais o relacionamento estratégico dos Açores com as nossas comunidades da Nova Inglaterra, na exacta medida do que elas próprias precisam, desejam e merecem”, escreveu o líder social-democrata açoriano na sua missiva ao novo presidente da CANI, Mariano Alves.

Para o candidato do PSD a Presidente do Governo Regional, “a comunidade açoriana da Nova Inglaterra dignifica o bom nome de Portugal e em particular, dos Açores, na costa leste dos Estados Unidos da América”, pelo que “a sentimos como parte integrante e importante das nossas próprias ilhas, na outra margem do “Rio Atlântico”, como escreveu Onésimo, que nos faz sempre próximos pela saudade”.

Victor Cruz confessou “uma imensa consideração, e mesmo um carinho especial, pelos nossos irmãos açorianos que buscam honradamente uma vida melhor para si e para os seus nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Brasil”. E escreveu ter também “uma enorme admiração, e mesmo estima pessoal, pela nossa tão representativa comunidade açoriana que se encontra radicada nos Estados de Massachussets e Rhode Island, a que nos unem laços seculares de uma inquebrável relação afectiva”.

Por isso, Victor Cruz atribui “a maior importância à Casa dos Açores da Nova Inglaterra, como a tantas outras associações comunitárias, pelo notável trabalho que têm vindo a desenvolver em prol da dignificação e da dinamização da presença açoriana em Boston, Fall River, New Bedford, Providence, East Providence, Pawtucket e outras importantes cidades norte-americanas que nos são especialmente queridas”.

Prioridade à luta contra a Toxicodependência

Dois dias depois, em Ponta Delgada, Victor Cruz garantiu que o próximo Governo dos Açores vai criar um Observatório Regional das Toxicodependências, se o nosso Partido vencer as eleições de Outubro. Falando no encerramento da eleição dos novos órgãos dirigentes da Juventude Social Democrática (JSD) da Ilha de S. Miguel, Victor Cruz explicou que o futuro observatório se destina a desenvolver uma “verdadeira estratégia de combate à droga e ao alcoolismo”, especialmente junto dos jovens açorianos.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional elegeu a luta contra a toxicodependência como “uma das principais prioridades” da sua política de juventude para os próximos anos, “em contraste com a inércia preocupante da governação socialista neste domínio”.

Este governo, disse, “só sete anos depois de empossado é que apresenta um primeiro programa de combate à toxicodependência, e mesmo assim, continuamos sem conhecer o verdadeiro diagnóstico da situação actual”.

No caso do PSD, Victor Cruz garantiu que a luta contra a droga é “uma preocupação da primeira hora”. Depois do Congresso Regional de 2000, o primeiro cartaz social democrata “não foi para mostrar o novo líder do PSD, mas sim para desenvolver uma campanha pedagógica de sensibilização pública à problemática da toxicodependência”, recordou.

Para Victor Cruz, o PSD apresenta “uma nova cultura política”, que “não encara a juventude açoriana apenas como os homens e as mulheres de amanhã, em jeito de desculpa para hipotecar o futuro, mas sim como os jovens de hoje”. Com um governo liderado pelo PSD, acrescentou, “os jovens não vão ser objecto passivo da política de juventude, mas sim agentes activos da sua própria concepção e implementação”.

O líder social-democrata considera que os jovens “não estão conformados com a política do actual governo” e adianta que o projecto do PSD “tem que ser e será muito mais ambicioso”: mais eficácia no combate à toxicodependência, mais qualidade no ensino, mais oportunidades de emprego, mais participação na vida açoriana. “É preciso garantir colocação profissional em todas as ilhas para os jovens com formação académica, sobretudo nas ilhas mais pequenas que registam um maior envelhecimento da população, pois tem que valer a pena estudar e voltar para a nossa terra”, disse.

Victor Cruz reafirmou que a juventude açoriana “não está satisfeita com um governo que teve à sua disposição mais de mil milhões de contos e mesmo assim não foi capaz de retirar os Açores da cauda da Europa”.

“Quem faz mais publicidade do que obra e se preocupa mais consigo do que com os outros, não serve os interesses dos jovens dos Açores”, acrescentou. Por isso, dirigiu às dezenas de jovens presentes na sede do PSD um “apelo à participação activa da juventude na vida política açoriana, contra a indiferença condescendente de outros”.

O líder do PSD/Açores aproveitou o seu encontro com os jovens micalenses da JSD para responder às “críticas” de que tem sido alvo por parte do ainda Presidente do Governo Regional. Para Victor Cruz, Carlos César “parece encarar os oito meses que faltam para as eleições regionais como um ensaio geral para passar a ser o líder da oposição em Outubro”.

“Se nós estivéssemos no governo, com obra e com confiança, não precisávamos de gastar o tempo todo a falar mal do líder da oposição”, afirmou.

Victor Cruz concluiu que os discursos do actual presidente do governo “denunciam uma grande preocupação pela estratégia da coligação”. “Isto significa que estamos no bom caminho”, acrescentou, “porque a oposição é cada vez mais os Açores e o governo é cada vez mais o PS”.

A intervenção do líder partidário foi antecedida pelas palavras do presidente da JSD/Açores, José Leal, que garantiu o “apoio incondicional” da Juventude Social Democrata à candidatura de Victor Cruz para Presidente do Governo Regional. O presidente honorário da JSD “reúne todas as condições pessoais e políticas para liderar uma excelente governação a favor da juventude açoriana”, disse.

A eleição dos novos órgãos de ilha e concelhos da JSD de S. Miguel decorreu durante a noite de sábado nos seis concelhos micalenses, registando uma “votação recorde” de 255 militantes. Vera Moniz foi eleita Presidente da Comissão Política de Ilha e as comissões políticas concelhias de Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste passam a ser presididas, respectivamente, por Victor Novo, Octávio Andrade, Marco Botelho e José Melo.



Combate à toxicodependência prioritário no próximo governo PSD dos Açores

(Conclusão)

Victor Cruz conclui a sua mensagem aos novos órgãos dirigentes da Casa dos Açores da Nova Inglaterra manifestando a certeza de que “a prestigiada instituição prosseguirá o seu importante trabalho que em muito beneficia a nossa comunidade, honrando assim as anteriores direcções sucessivamente presididas por João Carlos Tavares”.

Victor Cruz em Bruxelas para o Congresso do PPE.

A vitória dos partidos de ideologia social-democrata nas próximas eleições europeias é decisiva para o reforço da igualdade de oportunidades entre os cidadãos, as regiões e os estados na construção da nova realidade europeia. Esta foi a conclusão dominante do Congresso do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu esta semana em Bruxelas, com a presença do Presidente do PSD/Açores, Victor Cruz.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional dos Açores participou na reunião magna do maior grupo político da Europa integrando a delegação portuguesa liderada pelo Primeiro-Ministro Durão Barroso. No decorrer dos trabalhos, Victor Cruz trocou impressões com alguns dos principais líderes europeus, como o Presidente da Convenção para o Futuro da Europa, Vallery Giscard d'Estaing, e avistou-se com o Comissário Europeu do Desenvolvimento Regional, Michael Barnier.

O líder do PSD/Açores encontrou-se também com boa parte dos chefes de governo presentes no congresso europeu da sua família política, nomeadamente, os primeiros-ministros de Itália, Holanda, Noruega, Luxemburgo, Eslováquia, Croácia e Malta. Victor Cruz esteve ainda com o Presidente do PPE, Wilfried Martens, e com os líderes nacionais da oposição e candidatos à chefia dos governos da Grécia e da Ucrânia.

O XVI Congresso do PPE centrou as suas atenções na importância das eleições para o Parlamento Europeu, a realizar em 13 de Junho, e nos desafios decorrentes do alargamento da União Europeia, com a adesão de mais 10 estados-membros no próximo dia 1 de Maio. – **Fonte: Gab.Press. PSD/Açores**



Com a Ministra da Ciência e Ensino Superior

Durão Barroso preside à primeira sessão do Conselho Superior de Ciência Tecnologia e Informação



A nova equipa do renovado Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão consultivo do Governo para a ciência e avanços tecnológicos, reuniu-se pela primeira vez na terça-feira, num encontro presidido pelo Primeiro-Ministro, Durão Barroso.

A reunião, na residência oficial do primeiro-ministro, contou com a presença da ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho e da Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, e dos restantes membros deste órgão consultivo governamental, liderado pelo neuro-cirurgião João Lobo Antunes.

O Conselho, recuperado em Dezembro de 2003, aconselha o Governo em decisões relacionadas com as bases da política de ciência e tecnologia, planeamento da política de investigação, coordenação de recursos financeiros, e medidas legislativas para estimular a inovação.

Criado em 1982, o Conselho Superior de Ciência, Tecnologia e Inovação apenas começou a funcionar efectivamente quatro anos mais tarde, e até 1995.

O órgão consultivo, que tem como vice-presidentes João Caração, da Fundação Calouste Gulbenkian, e Fernando Ramôa Ribeiro, da Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), junta representantes de diversos quadrantes políticos, universidades e personalidades de relevo na área.

No final desta primeira reunião do renovado Conselho, a Ministra da

Ciência, após um debate em que foram apreciadas linhas gerais de duas novas iniciativas estratégicas para a ciência e investigação, adiantou que o Governo tenciona atribuir 12 mil bolsas de formação para jovens licenciados e doutorados já em Julho.

“Pensamos no início de Julho avançar com as bolsas”, afirmou a ministra, acrescentando que o Governo terá de apresentar, até Março, um “programa detalhado” sobre estas duas iniciativas, que serão principalmente financiadas com fundos comunitários.

Sublinhando que o Governo “tudo fará para acelerar o processo”, Maria da Graça Carvalho afirmou ainda que as aquelas iniciativas, anunciadas no Conselho de Ministro de Óbidos, em Janeiro passado, permitirão “combater o desemprego” entre os jovens licenciados e “introduzir ciência” na Função Pública, escolas e empresas.

Para isso, o Governo irá criar 7.000 bolsas para formação na Administração Pública (que inclui estágios de longa duração para licenciados e doutorados e formação especializada para quadros da função pública) e 5.000 bolsas para acções de mestrado, doutoramento, pós-doutoramento, assim como a inserção de mestres e doutores nas empresas.

Esta aposta do Governo na investigação e na ciência representa um investimento de mil milhões de euros no Programa Operacional da Ciência e Inovação e no Programa Operacional

Sociedade do Conhecimento, durante os próximos três anos.

“Estas bolsas permitirão aos jovens, no futuro, a entrada permanente na função pública e nos serviços do Estado”, assegurou ainda a ministra da Ciência e Ensino Superior, acrescentando que esta decisão mostra “o apoio do Governo” nos sectores da investigação e inovação.

Mais tarde, em conferência de imprensa, João Lobo Antunes considerou que os dois programas

em elaboração representam a “sobrevivência de Portugal”, tendo afirmado que os dois programas em elaboração representam a “sobrevivência de Portugal”.

“Isto implica consistência nas políticas, continuidade e persistência”, declarou o neurocirurgião, acrescentando que existe hoje uma nova geração de doutorados e licenciados que “não estão incorporados no genoma”, ou seja, não estão inseridos no mercado de trabalho.

Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) ultrapassará 1 por cento do PIB em 2006

Falando posteriormente à “Lusa”, a Ministra da Ciência esclareceria que «em estimativa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) ultrapassará 1 por cento do PIB em 2006 se o Governo mantiver o esforço de formação.»

Maria da Graça Carvalho explicou que neste momento, existem 22 mil trabalhadores em Investigação e Desenvolvimento, dos quais 15 mil são doutorados, e representam 0,85 por cento na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

A ministra explicou os valores avançados com uma regra da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) «que se mantém constante:

que a 25 mil trabalhadores em I&D corresponde 1 por cento do PIB».

Com as 5.000 bolsas para acções de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento nas empresas, no âmbito do novo programa operacional para a Sociedade do Conhecimento - Futuro 2010 - o número vai subir para 20 mil doutorados, isto é, 30 mil trabalhadores, explicou.

«Se o Governo mantiver o mesmo esforço de formação, em 2006 será atingida a fasquia do 1,2 por cento do PIB, e em 2010, 1,6 por cento», afirmou a Ministra, salientando que o esforço pode diminuir, manter-se ou até mesmo aumentar, com implicações diferentes.

A ministra lembrou que a meta europeia para 2010 é 3 por cento do PIB, cabendo desta forma ao Estado dar as condições para que o sector privado acompanhe a tendência e perfazer este valor.

Nesse sentido, a estratégia do Governo para o sector prevê incentivos fiscais para as empresas que apoiem instituições científicas (mecenato), a que se juntam “medidas de simplificação dos procedimentos, modernização e transparência”.

A formação e qualificação dos portugueses é, aliás, uma das metas traçadas pelo executivo, que farão de Portugal um “país mais rico, mais justo e mais eficiente”, disse Graça Carvalho.

Além destas 5.000 bolsas, há a considerar as 7.000 que, como foi dito na reunião do Conselho, serão atribuídas para formação na administração pública, com especial destaque para estágios de longa duração de licenciados e doutorados e ainda a formação especializada para quadros da função pública.

Segundo Graça Carvalho, estas bolsas vão promover a criação de emprego científico, modernizando ao mesmo tempo a Administração Pública, indicadores que servirão para avaliar o sucesso dos programas em 2006.

Aos representantes da comunidade científica e académica, a ministra frisou os novos desafios do alargamento da União Europeia.

Por isso uma das apostas do executivo é a “internacionalização do sistema nacional de ciência e tecnologia e ensino superior, actuando a excelência e a busca de qualidade e exigência”, disse.

Ministra da Ciência e Ensino Superior (Conclusão)

Investimento ultrapassará 1% do PIB Braga de Macedo no IIC Tropical



Nesse sentido, um grupo de trabalho deverá concluir até Março a “reorganização do mapa científico português”, que implicará uma alteração nas regras de financiamento nas unidades de I&D.

“Haverá um valor base e depois incentivos aos co-financiamentos, com indústrias, com autarquias, com empresas, em projectos internacionais. Estes terão mais dinheiro para fomentar a internacionalização e abertura ao exterior”, explicou.

A comunidade científica e académica poderá sugerir alterações aos programas que, apesar de terem já sido aprovados por Bruxelas, serão agora sujeitos a uma versão detalhada até final de Março, indicou Graça Carvalho.

Posse de importantes cargos no Ministério da Ciência: Braga de Macedo preside ao Instituto de Investigação Científica e Tropical

Entretanto, na quinta-feira passada, a Ministra da Ciência e do Ensino Superior conferiu posse amanhã a diversos cargos dirigentes do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que estavam vacantes e que foram os de Director Geral do Ensino Superior, António Angelo Morão Dias, Professor Catedrático do Departamento de Engenharia

Mecânica da Universidade de Coimbra; Presidente do Instituto de Investigação Científica e Tropical, Jorge Braga de Macedo, Professor Associado do Instituto de Estudos Políticos em Paris, Conselheiro da OCDE, Professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Vice – Presidente do mesmo Instituto, António José Lopes de Melo. Para o Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Ciência e do Ensino Superior foi nomeada Subdirectora, Maria de Fátima Almeida Bravo; para Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Maria da Conceição da Cunha e Vasconcelos Peleteiro, Professora Catedrática da Faculdade de Medicina Veterinária da Universitária Técnica de Lisboa

Para o Observatório da Ciência e do Ensino Superior, como Subdirectora, Helena Maria Guimarães Alves; para o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, empossado o novo Director, Alberto da Silva Barata, actualmente Professor Coordenador da Área Científica de Contabilidade do ISCAL e como Directora Adjunta, Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva.

A cerimónia da posse teve lugar no Palácio das Laranjeiras e pelos empossados falou o Presidente do Instituto de Investigação Científica

Tropical, Jorge Braga de Macedo, que afirmou:

«Pediram-me para dizer algumas palavras no momento em que tomo posse de Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical. Aproveito a oportunidade para referir quatro pontos, dois relativos ao passado e dois relativos ao futuro.

«Primeiro, exprimir gratidão: ao governo, por ter aprovado no passado mês de Novembro uma lei orgânica que preserva a integridade do IICT através de uma estrutura flexível - a concretizar num decreto regulamentar em preparação – e de uma missão lusófona explícita.

«À Senhora Ministra, por ter anunciado a minha nomeação durante a reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, realizada no Rio de Janeiro em princípio de Dezembro.

«Ao Senhor Secretário de Estado, por ter aceite concentrar centros de actividades no Palácio Burnay, concentração que uma Resolução do Conselho de Ministros de 1978 já cominava.

«Segundo, agradecer à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa todo o apoio que me prestou nas actividades desenvolvidas no Centro de Socio-Economia desde que, há vinte anos atrás, o falecido Prof. Alfredo de Sousa sugeriu o meu nome ao Prof. Cruz e Silva, cuja presença amiga agradeço.

«Ainda ontem, no Conselho Científico da Faculdade, os colegas me

desejaram boa sorte em promover a “nova economia” no IICT.

«Terceiro, e já falando do futuro, merece ter uma dimensão lusófona o acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio por várias organizações internacionais e por centros de investigação científica públicos e privados.

«Nessa linha, o IICT pode reflectir sobre a interacção entre globalização e governação post-Monterrey e post-Joanesburgo, na perspectiva dos mercados emergentes e das economias que recebem ajuda externa. Trata-se de promover o bem comum, respeitando as liberdades e pertenças dos portugueses.

«Investigadores de várias disciplinas científicas reconhecem que, cada vez mais, economia global é tropical. Cada vez mais, desenvolvimento é conhecimento e inovação.

«Nos próximos anos, poderemos estudar o desenvolvimento rural, incluindo a segurança alimentar, e as florestas, incluindo a gestão dos riscos, contribuindo assim para a cooperação científica e tecnológica internacional.

«O interesse, relacionado, pela cooperação empresarial baseada no conhecimento revela-se na parceria público-privada que o Centro de Desenvolvimento da OCDE levou a cabo em Moçambique e que tenciono continuar no Fórum Empresarial de Cabo Verde e no Fórum Económico sino-lusófono de Macau.

«É um tema para a sessão inaugural do Conselho de Orientação, onde têm assento entidades públicas e privadas.

«O quarto e último ponto tem a ver com o património acumulado desde a criação da Comissão de Cartografia em 1893, passando pela Junta de Investigações do Ultramar até aos nossos dias.

«Este ponto refere-se ao futuro porque o espólio continua mal conhecido e deve ser aberto à comunidade internacional, como recomendaram os Ministros da CPLP.

«O património inclui não só o Arquivo Histórico Ultramarino mas também o Jardim Museu Tropical, de que a cidade deve, em segurança, poder desfrutar.

«Aliás, dando seguimento às nossas bem sucedidas exposições, queremos mostrar livros científicos em Luanda já durante este ano de convergência para a nova missão.»

- Fontes: Lusa e Gab.Press. MCEs

Acesso livre à Televisão nos Açores e Madeira

Morais Sarmento anuncia na AR a abertura das estações generalistas em canal aberto, ainda este ano

O Governo anunciou no passado dia 5, que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores poderão, ainda este ano, aceder aos quatro canais de televisão nacionais, em canal aberto, um investimento que representa um custo de 10 a 12 milhões de euros ao Estado.

“Ainda este ano, as regiões autónomas poderão aceder aos quatro canais de televisão nacionais [RTP 1, A Dois, SIC e TVI], e mais um por cabo”, anunciou o ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, antes de acrescentar que, “no espaço de um mês”, deverá começar a instalação do equipamento nas casas dos açorianos e madeirenses.

O Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, deslocou-se propositadamente, ao Parlamento, para anunciar esta decisão aos deputados, no período que antecede a ordem do dia.

Nessa ocasião, Morais Sarmento explicou que a decisão irá custar ao Estado cerca de 10 a 12 milhões de euros, dos quais 30 por cento serão comparticipados pelos governos regionais, e o restante pelo Estado Central.

“Os montantes necessários para este investimento serão assegurados em parceria com o Governo, Governos Regionais, operadores locais e os cidadãos”, afirmou o governante, adiantando que aos cidadãos dos Açores e da Madeira caberá investir o cerca de 50 euros para a aquisição e instalação de uma antena, o mesmo montante que os continentais pagam.

Aos deputados, Nuno Morais Sarmento explicou ainda que os próximos passos consistem na apresentação, até ao final de Fevereiro, de um protocolo que define os termos e as condições do projecto, a cargo de um grupo de trabalho coordenado pela ANACOM, e constituído por representantes dos Governos Regionais, Governo da República e operadores locais.

Para Nuno Morais Sarmento, esta decisão irá “acabar com um inaceitável factor de exclusão”, motivado pelo facto dos cidadãos ilhéus apenas poderem aceder, actualmente, à emissão da RTP 1, uma vez que aos restantes canais só é possível aceder através da TV Cabo ou satélite.

Uma situação que levou o ministro a lançar várias críticas ao PS, devido “à falta de vontade” e



“incapacidade política” de resolver um problema que “se arrasta há anos”. A este respeito, Nuno Morais Sarmento recordou que o arranque das emissões das televisões privadas remonta a 1992, pelo que o facto dos cidadãos das regiões autónomas estarem impossibilitados de receber o sinal destes canais configura “uma situação de discriminação” e “uma violação das regras constitucionais”.

Paralelamente, o Ministro da Presidência anunciou também a assinatura de um protocolo com as televisões privadas, SIC e TVI, por forma a repartir a transmissão dos jogos do Campeonato Europeu de Futebol, Euro’2004, e a sua retransmissão para as regiões autónomas.

O ministro da Presidência sublinhou ainda que, além de acabar com a “discriminação injustificada”, esta decisão do Governo irá permitir que os cidadãos das regiões autónomas possam ter acesso a “mais informação” e em “igualdade de circunstâncias”.

Perante o anúncio de Morais Sarmento, PSD, CDS-PP, PCP e Bloco de Esquerda elogiaram a iniciativa do Governo.

A declaração de Nuno Morais Sarmento

O Ministro da Presidência disse, na sua alocução à Câmara: «Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o Governo nestes 22 meses de mandato, concretizou já um

vasto conjunto de reformas, todas com características próprias, mas todas também com um denominador comum: promover o desenvolvimento, combater desigualdades, fortalecer os factores de coesão interna, servir os portugueses, cumprir o interesse nacional.

«Também assim é com a reforma do audiovisual. Uma reforma que tem sido objecto de intenso acompanhamento, dentro e fora desta Câmara, e mesmo de estimulantes debates por parte das diversas forças políticas.

«Mas uma reforma que, estou certo, ninguém de boa fé afirmará centrada em factores economicistas. Pelo contrário! Esta reforma tem três grandes princípios orientadores: Primeiro, reconduzir o serviço público à sua verdadeira vocação; segundo, reestruturar e racionalizar financeiramente o sector audiovisual do Estado; terceiro, normalizar e modernizar esta área com o envolvimento de todos os seus agentes.

«É recordando estes três pressupostos, que hoje se vive mais um dia importante no âmbito da reforma do audiovisual; que hoje se cumpre mais uma etapa concreta na garantia do acesso, pelos cidadãos, à informação e à cultura.

«Venho hoje aqui para apresentar aos portugueses, por intermédio desta Câmara, uma medida a que dou particular importância e que não poderá deixar ninguém indiferente:

garantir finalmente, a todos os cidadãos residentes nas Regiões Autónomas, a recepção dos quatro canais generalistas.

«A verdade é que, até hoje, as populações da Madeira e dos Açores não tiveram acesso àqueles canais nas mesmas condições que são garantidas aos restantes cidadãos do Continente.

«Naquelas Regiões Autónomas, não são emitidos em sinal aberto os canais “a 2”, SIC e TVI, só acessíveis através de contratos celebrados com a Cabo TV, com os custos associados. Ou seja, apenas a RTP proporciona a emissão da RTP1 em canal aberto, para além do Canal regional.

«Trata-se de um inaceitável factor de exclusão!»

«Trata-se, há que dizer-lo com toda a frontalidade, de um inaceitável factor de exclusão, que só por manifesta falta de vontade e por incapacidade política se perpetuou durante tantos anos!

«O Governo anterior demorou quatro anos desde o início de funções para sequer tomar consciência da situação. E foi assim, que, iniciando funções em 1996 só em 2000, constituiu um grupo de trabalho.

«E ainda assim, pese embora as boas intenções então reveladas, a verdade é que nenhuma solução viu a luz do dia, pois com óbvio prejuízo das populações das Regiões Autónomas, o processo ficou parado e tudo teve de ser reanalisado.



Acesso livre à televisão nos Açores e Madeira (Conclusão)

«Repór a igualdade onde antes estava a desigualdade, acabando de vez com uma discriminação injustificável»

«Há menos de doze meses tivemos que recomeçar do zero, mais de dez anos, repito mais de dez anos, após o início das emissões privadas de televisão em Portugal e a verdade é que, ao vir hoje aqui, conseguimos que um problema que se arrastou durante tantos anos, possa ser resolvido em poucos meses.

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados: ainda este ano os cidadãos das Regiões Autónomas poderão aceder aos canais generalistas SIC e TVI, ao canal “a 2:” e ainda a um canal disponibilizado pela TV Cabo.

«O acesso será garantido através das redes de Cabo e Satélite, recorrendo aos operadores locais que disponibilizarão caixas descodificadoras próprias, permitindo o aproveitamento das estruturas existentes e utilizando tecnologia digital, a mais moderna que actualmente existe.

«Na proposta do Governo anterior, concebía-se um investimento inicial de cerca de 50 Milhões de Euros, repito, 50 Milhões de Euros, e custos anuais de cerca de 12 Milhões de Euros.

«O nosso projecto prevê um montante total entre 10 a 12 milhões de euros sem qualquer custo anual adicional. A diferença é flagrante!

«O Governo, em parceria que espera aceite pelos Governos Regionais, assegurará aos operadores locais e aos próprios cidadãos, os montantes necessários para este investimento.

«Aos habitantes da Madeira e Açores caberá, apenas, um contributo de valor equivalente àquele que os habitantes do continente suportam ao adquirir e instalar uma antena.

«E para assegurar condições efectivamente iguais para todos, também aqueles que quiserem passar das actuais condições analógicas para as digitais, poderão igualmente, e mediante a mesma contribuição, receber o equipamento necessário.

«Deste modo, a população insular dará o grande salto para a tecnologia digital.

«Sublinho este ponto, porque ele é essencial e revela que não nos ficámos apenas pela resolução do problema. Fomos mais longe. Não oferecemos aos cidadãos dos arquipélagos as condições mínimas. Oferecemos as condições máximas!

«Damos, de uma só vez, um passo gigantesco!»

«Por outras palavras, de uma situação de atraso as ilhas passam para uma situação de avanço, de dianteira, para um patamar de futuro: os cidadãos açorianos e madeirenses entrarão definitivamente na era digital.

«Estarão mais próximos entre si e do continente.

«E tudo isto com menores custos financeiros do que os anteriormente equacionados. Também aqui conseguimos mais, com menos.

«As vantagens da solução são por isso evidentes:

«Garante-se o acesso aos canais nacionais generalistas a todos os cidadãos residentes nas Regiões Autónomas;

«Desenvolve-se uma solução de baixo custo;

«Disponibiliza-se a mais moderna tecnologia existente.

«Damos, de uma só vez, um passo gigantesco!

«Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados: não temos nenhuma varinha mágica, nem a presunção de uma qualquer superioridade que nos permita resolver situações problemáticas.

«A resposta é bem mais simples: é não ficarmos encostados a declarações de intenções, nem considerarmos que a mera constituição de grupos de trabalho seja um fim em si mesmo. É orientarmos por critérios de interesse público e de serviço às populações. É definir

objectivos, estabelecer uma estratégia, trabalhar com determinação e apresentar soluções! E neste caso, é repór a igualdade onde antes estava a desigualdade. É acabar de vez com uma discriminação injustificável.

«Ao longo do meu exercício enquanto membro do Governo, já por diversas vezes vos apresentei medidas de reestruturação do sector audiovisual.

«Tenho mantido convosco alguns debates, muitas vezes motivados ou condicionados por um maior enfoque mediático.

«Permitam-me por isso que sublinhe o facto de estar hoje aqui, perante vós, sem que esteja na ordem do dia mais um caso mais ou menos polémico na reforma do audiovisual. E penso que me acompanharão ao afirmar que não é a polémica ou um certo folclore partidário que toma esta ou aquela decisão mais visível, mais justa, mais ousada ou mais substantiva.

«Decidi vir aqui, não no calor de uma discussão, mas com a tranquilidade e com a certeza de que uma reforma global não se faz num momento ou de uma vez só, faz-se sim de muitos passos e de muitas etapas diferentes.

«Esta etapa, que hoje aqui quis assinalar e que consiste em garantir melhores condições no acesso à Televisão pelos cidadãos de regiões mais periféricas é, pois, simultaneamente um contributo e um sinal.

«É um contributo para que essas populações tenham acesso a mais informação, em igualdade de circunstâncias com todos os outros portugueses.



«Mas é também um sinal. Um sinal de que os passos que damos se inserem num caminho e têm uma direcção. Um caminho em que os obstáculos existem para ser superados; em que as dificuldades são encaradas como uma oportunidade para dar passos maiores, e sobretudo, este é mais um, e apenas mais um, sinal de que não descansaremos sempre que esteja em causa a justiça, o serviço público, a possibilidade de provar que os portugueses quando se juntam - como se juntam neste projecto que envolve entidades públicas e privadas, Administração Central e Regional - conseguem encontrar soluções, podem concretizar sonhos.

«É isso que verdadeiramente me motiva e me interessa. É isso o que entendo ser a essência do serviço à causa pública!

«Muito obrigado. – Fontes: Lusa. Portal Gov. Net

600 escolas secundárias vão ter «Dia da Cidadania»

Os alunos das cerca de 600 escolas secundárias do país vão ter em Maio o Dia da Cidadania, durante o qual debaterão com Advogados e Juizes, temas como a liberdade, os direitos e os deveres dos cidadãos.

A iniciativa partiu da Ordem dos Advogados, cujo Bastonário se reuniu hoje com o ministro da Educação, David Justino, para formalizar o projecto.

Em conferência de imprensa conjunta, os dois responsáveis anunciaram que durante a “Semana do Advogado” que decorre em Maio, as escolas secundárias públicas e privadas terão o “Dia da Cidadania”.

O objectivo, segundo o Ministro, é realizar debates com a participação de advogados, juizes ou procuradores para que os alunos compreendam melhor a justiça.

“Vamos privilegiar as escolas secundárias de todo o país e é natural que tenha de ser feita uma pausa de duas a três horas durante o período da manhã ou da tarde” para debater os temas, disse David Justino.

Segundo o Bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, a iniciativa é uma cópia de uma acção idêntica desenvolvida na Bélgica com grande sucesso e que foi testada em Portugal nos últimos dois anos.

“ Fizemos dezenas de iniciativas destas e correram muito bem”, disse.

Durante o projecto-piloto, desenvolvido em escolas secundárias de Lisboa e Porto, explicou José Miguel Júdice, os alunos discutiram com os Advogados questões como os direitos fundamentais, o respeito pelas leis, os direitos dos cidadãos ou o acesso aos tribunais. - Lusa

O Primeiro-Ministro em Entre-os-Rios

«Esta região é um exemplo para o País pela forma como tem vencido a adversidade»

● disse o PM na inauguração da nova ponte

O Primeiro-Ministro inaugurou na sexta-feira a segunda ponte de Entre-os-Rios e um pequeno lanço do Itinerário Complementar 35, um investimento que custou ao Estado cerca de 36 milhões de euros. A ponte representa cerca de 11 milhões de euros, a que se juntam mais 25 milhões pela construção dos respectivos acessos.

Os custos deste investimento e o facto da construção da ponte ter sido concluída um ano e meio depois de ter sido iniciada foram dois pontos realçados no discurso de Durão Barroso, na cerimónia de inauguração.

Esta ponte é uma peça-chave no IC-35 e são sinais evidentes da aposta do Governo no interior do país.

Além da inauguração da ponte de Entre-os-Rios, Durão Barroso inaugurou também o edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva e participou na assinatura do protocolo Redes Comunitárias de Banda Larga.

O Primeiro-Ministro esteve acompanhado pelos ministros das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, das Cidades, Amílcar Theias, e pelo ministro-Adjunto, José Luís Arnaut.

Esta ponte, que é a segunda travessia do Douro em Castelo de Paiva, já que a primeira foi inaugurada em 2002, em substituição da que caiu em 4 de Março de 2002, integra o lanço do IC-35 que liga Eja (Penafiel) a Fornos (Castelo de Paiva).

Quando estiver totalmente concluído, este IC irá estabelecer uma ligação directa entre os Itinerários Principais 4, (Penafiel) e 5 (Sever do Vouga).

Falando na inauguração da ponte, o Primeiro-Ministro considerou que a região de Castelo de Paiva tem dado ao país um grande exemplo de como vencer as adversidades.

«Esta região é bem o exemplo daquilo que desejamos para o país. Quando queremos, somos capazes de vencer as dificuldades e mesmo as calamidades», disse Durão Barroso.

A par das acessibilidades rodoviárias, o Primeiro-Ministro levou a Castelo de Paiva as “auto-estradas da informação”, presidindo à assinatura de um protocolo para um programa piloto de desenvolvimento da Internet rápida (ADSL) no interior



do país.

A escolha de Castelo de Paiva para este programa-piloto deve-se à circunstância de o município estar já servido com uma rede de fibra óptica, instalada pela empresa Águas do Douro e Paiva.

Secundado pelo presidente da Câmara de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira (PSD), o primeiro-ministro anteviu a atracção de investimento privado a este concelho, que no

primeiro semestre do ano passado perdeu metade do seu emprego industrial com o encerramento da multinacional do calçado “C&J Clarks”.

No entanto, o presidente da Câmara anunciou que alguns dos 600 ex-trabalhadores da multinacional, já conseguiram trabalho alternativo ou avançaram para a criação de micro-empresas no âmbito do jovem “ninho de empresas” local.

Paulo Teixeira revelou ainda que os projectos industriais em lançamento no concelho, por iniciativa privada, ultrapassam os 25 milhões de euros.

Perante o primeiro-ministro e na inauguração das obras de ampliação dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva, Paulo Teixeira pediu que se pense um novo modelo de financiamento das autarquias locais, apoiando mais os municípios do interior, com diminutas receitas próprias.

Quanto aos dois troços do IC35 que darão sequência à segunda ponte de Entre-os-Rios, o Instituto de Estradas de Portugal (IEP) já abriu concurso público para execução dos estudos prévios, tendo o respectivo anúncio sido enviado na passada segunda-feira para publicação, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia. As propostas deverão ser entregues até 15 de Abril no IEP, que fixa um prazo de 15 meses para realização destes estudos.

Um dos troços ligará Sever do Vouga à nova ponte de Entre-os-Rios e o outro, já na margem norte do Douro, estabelecerá a ligação entre Eja, Penafiel, e a auto-estrada A4.

- Lusa

O Primeiro-Ministro na Bulgária e Roménia

Lisboa 7 (por antecipação) - O Primeiro-Ministro iniciou no Domingo uma viagem de três dias à Roménia e Bulgária, com vista a aprofundar o relacionamento bilateral de Portugal com dois países candidatos à adesão à União Europeia.

“Esta viagem é importante, pois, amanhã, tanto a Roménia como a Bulgária serão novos parceiros de Portugal no âmbito da União Europeia, pelo que existe interesse privilegiado, sobretudo a nível económico, em aprofundar os laços institucionais com estes países”, declarou fonte governativa à Agência Lusa.

A Bulgária e a Roménia esperam aderir à União Europeia até 2007 e para intensificar os laços económicos entre Lisboa e Bucareste, Durão Barroso estará acompanhado na viagem à Roménia pelo ministro da Economia, Carlos Tavares, e alguns empresários portugueses.

Durão Barroso chegará à Roménia na noite de domingo e tem um jantar com os empresários portugueses.

Na manhã seguinte, segunda-feira, o chefe de Governo reuniu-se com o seu homólogo romeno, Adrian Nastase, sendo o encontro alargado, mais tarde, às respectivas delegações.

No mesmo dia, Durão Barroso participou numa cerimónia de deposição de uma coroa de flores junto ao Monumento do Soldado Desconhecido, em memória dos combatentes da Primeira Guerra Mundial.

Na agenda está ainda previsto um encontro entre o Primeiro-Ministro de Portugal e o Presidente romeno, Ion Iliescu, um almoço oferecido por Adrian Nastase em honra de Durão Barroso e uma reunião com o presidente do Senado, Nicolai Vacaroiu.

Na tarde de segunda-feira, Durão Barroso segue para a capital da Bulgária, Sófia, segunda etapa da viagem do chefe de Governo. Já em território búlgaro, onde ficará até terça-feira, o primeiro-ministro irá encontrar-se com o seu homólogo, Simeão Saxe-Coburg Gotha, irá participar numa cerimónia junto ao Monumento do Soldado Desconhecido (idêntica à da Roménia), visitará o edifício do Conselho de Ministros e será recebido pelo Presidente da Bulgária, Georgi Purvanov.

Na agenda consta ainda uma visita à Assembleia Nacional e uma entrevista a um programa de televisão búlgaro.

- Lusa



O Presidente do PSD em Aveiro

Inauguração da Sede do Partido e afirmações fortes de Durão Barroso marcam dia histórico para o Distrito

Na passagem dos 30 anos do PSD, a Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro, viveu um dia histórico com a inauguração da sua Nova Sede (a primeira em casa própria) e a realização de um mega-jantar (com cerca de 1700 pessoas), contando com a presença do Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso.

Na zona do Centro Comercial Glicínias, em Aveiro, foi descerrada a placa da inauguração na sala de reuniões da nova Sede Distrital, após a visita às instalações que acolhem, além do PSD, os ASD, os TSD e a JSD do Distrito de Aveiro. Foi o corolário de um esforço de vários anos, com especial destaque para os últimos quatro anos, materializando um investimento de cerca de 200.000 euros, assumidos por receitas de campanhas de angariação de fundos e por um empréstimo bancário de longo prazo.

O jantar-convívio contou com a presença do Secretário Geral do PSD, dos Ministros Marques Mendes e Amílcar Theias, dos Secretários de Estado José Arantes e Hermínio Loureiro, dos dirigentes distritais e concelhios de Aveiro do PSD, dos ASD, dos TSD e da JSD, de Deputados eleitos pelo círculo, Presidentes de Câmara e outros Autarcas, bem como de uma delegação do CDS-PP liderada pelo Presidente da Distrital de Aveiro dr. António Pinho.

As duas intervenções políticas da noite ficaram a cargo do Presidente da Distrital de Aveiro, Ribau Esteves, e do Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Durão Barroso.

Ribau Esteves agradeceu a presença de todos, destacando a do líder Durão Barroso, pelo que representava como gesto de solidariedade e consideração pelo PSD.

«Já sabíamos que tínhamos um bom líder, solidário e combativo, agora sabemos também que temos um extraordinário Primeiro-Ministro de Portugal», referiu.

Ribau Esteves referenciou ainda a

aposta na nova Sede, como mais um exemplo da capacidade de realizar das gentes do Distrito de Aveiro que, do Governo querem mais capacidade de reformar a administração pública colocando esta verdadeiramente ao lado e ao serviço dos cidadãos e das empresas, exortando o Primeiro-Ministro a investir mais no Distrito de Aveiro: o IC1, o IC2, o IP5, a Ligação Aveiro-Águeda, a gestão integrada da Ria de Aveiro, foram algumas das referências feitas. Na alusão aos 30 anos do PSD ficou a referência calorosamente aplaudida, a Francisco Sá Carneiro.

Em circunstância alguma, o Governo fugirá ao cumprimento do dever

Nas suas palavras, Durão Barroso referenciou e agradeceu o esforço dos social-democratas do Distrito de Aveiro pela construção da nova Sede e pela presença tão numerosa e expressiva no jantar, sinal de apoio e esperança no futuro.

Reiterou o empenho do Governo em continuar com determinação a caminhada da retoma económica, que vai dando os primeiros sinais e continuou, tecendo algumas considerações sobre o acto eleitoral europeu que se aproxima, afirmando aos militantes e simpatizantes que «Não fugirá às responsabilidades governativas sejam quais forem os resultados do partido nas próximas eleições europeias.»

O Presidente do PSD afirmou que «Os nossos adversários querem que as eleições europeias sejam um factor de perturbação do país, mas seja qual for o resultado eu não sou como outros que fogem».

O líder do nosso partido, que reafirmou a vontade de cumprir a legislatura, independentemente dos resultados de outras eleições, apelou ao empenho dos militantes social-



democratas para «as grandes batalhas a travar».

Durão Barroso foi buscar aos «casos da semana» no desporto na política e na economia, exemplos para apelar à cultura da responsabilidade, qualidade que acusou o PS de não ter tido ao «faltar ao encontro» para assinar um pacto de regime quanto às finanças públicas.

Para o líder do PSD, a «responsabilidade precisa-se também na política, como demonstra o que se passou na Assembleia da República. Podia ter havido um pacto de regime para vários anos, no que respeita às finanças públicas, o que seria importante como sinal de confiança aos investidores de que haveria a mesma orientação para além da legislatura».

O PS não faz oposição ao Governo, faz oposição ao País

Mas, lembrou, «...O maior partido da oposição faltou ao encontro e isto não é fazer oposição ao governo, mas fazer oposição ao país», acusou, concluindo que «quem é irresponsável e não é capaz de fazer oposição ao governo, muito menos tem credibilidade para governar».

Durão Barroso lamentou que o PS tenha «a uns e outros dito não», porque «não é todos os dias que o Presidente da República faz um apelo à convergência de esforços» e no mesmo sentido se pronunciaram «vários economistas, especialistas e personalidades de diferentes quadrantes».

A todos estes, disse Durão Barroso, o PS respondeu «com total irresponsabilidade, esquecendo-se que não era o governo que estava em causa,

mas o país».

Na sua revista dos temas recentes, Durão Barroso censurou ainda genericamente o futebol português, que viveu uma semana marcada pelas agressões no final do Vitória de Guimarães-Boavista, e uma troca de acusações entre jogadores e dirigentes do FC Porto e do Sporting a propósito do último «clássico» entre as duas equipas.

«O desporto deve ser uma escola de virtudes e não pode ser palco de maus exemplos», disse Durão Barroso.

«Não é o governo que manda no desporto e respeitamos as autonomias, mas o governo tem o direito e o dever de definir a orientação, designadamente em vésperas do Euro2004, porque é a imagem do país que está em causa», comentou.

No entanto, o líder do PSD manifestou-se «animado» pelos «os sinais de responsabilidade na economia, porque os índices de confiança dos empresários e dos consumidores estão a subir», acreditando por isso que a retoma gradual vai ser uma realidade.

No que respeita à acção do Governo face aos investimentos no Distrito de Aveiro, Durão Barroso fez referência a várias acções já concretizadas e em desenvolvimento, assumindo o compromisso de continuar a trabalhar por mais descentralização, dando nota da implementação do novo modelo de gestão integrada da Ria de Aveiro com sede em Aveiro, e da certeza em ver surgir uma Grande Área Metropolitana em Aveiro. Lembrou a importância do trabalho e do empenho de todos no próximo combate eleitoral de Junho, as eleições ao Parlamento Europeu.

Tratou-se verdadeiramente de um dia histórico para o Partido Social Democrata do Distrito de Aveiro. –
Fontes: Lusa, PL, Distrital Aveiro



Programa de Estabilidade e Crescimento

A Ministra de Estado e das Finanças, na AR propõe consenso sobre método, prazo e metas para obter a consolidação orçamental

A ministra de Estado e das Finanças propôs no dia 4, um consenso à volta da metodologia, do prazo e de objectivos quantitativos que permitam uma consolidação continuada das contas públicas portuguesas.

No debate parlamentar sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, referente ao período entre 2004 e 2007, Manuela Ferreira Leite voltou a pegar nalgumas das propostas da ECORDEP, Comissão de Coordenação das Contas Públicas criada pelo ex-ministro das Finanças Joaquim Pina Moura, para propor que os grupos parlamentares se entendam relativamente a “um horizonte temporal” para avançar com a consolidação.

É importante que se chegue a um entendimento sobre a “metodologia do processo orçamental”, que se definam objectivos quantitativos para a evolução do défice público em função do Produto Interno Bruto e que se limite o crescimento anual das despesas correntes primárias (descontado o custo com os juros da dívida), disse Ferreira Leite.

A Ministra das Finanças propôs ainda que se tente chegar a um entendimento em que as despesas com o pessoal em Portugal se possam aproximar dos níveis europeus e em que se avance nas reformas estruturais da segurança social, saúde e educação.

Igualmente desejável seria um consenso à volta da reestruturação do sector empresarial do Estado.

Manuela Ferreira Leite voltou a sublinhar que Portugal precisa de um processo continuado de consolidação orçamental, mesmo que a economia volte a períodos de maior crescimento económico.

“O país teria tudo a ganhar se o entendimento genérico sobre as finanças públicas pudesse ser mais concreto”, alertou a Ministra. Em linha com o esperado, a Ministra de Estado preferiu adiar para mais tarde o debate sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento (pacto orçamental que une os países da Zona Euro e que está subjacente ao Programa de Estabilidade e Crescimento): “Estamos dispostos para discutir oportunamente com a Assembleia da República o Pacto, mas esse não é o cerne da questão do debate de hoje”.

Na sua intervenção, Manuela Ferreira Leite mostrou-se disponível para acolher algumas das medidas recomendadas pelos governos



socialistas, em particular pela Estrutura de Coordenação da Reforma da Despesa Pública (Ecordep).

A vontade de chegar a uma posição comum com o PS por parte do Governo ficou patente quando Ferreira Leite rejeitou as críticas formuladas por Lino de Carvalho, deputado do PCP, dizendo que “quando fiz apelo ao consenso não estava a pensar em si”.

O líder parlamentar do CDS-PP, Telmo Correia, por sua vez, fez depender o eventual acordo com o PS de ele “consagrar objectivos concretos e não ser um mero acordo formal”. A ministra adiantou que “os entendimentos são políticos, não técnicos”, pelo que se houver vontade política haverá acordo.

A intervenção inicial de Manuela Ferreira Leite

A intervenção inicial da Ministra, sintetizou o seu pensamento bem como o do Governo, sobre este assunto, dizendo:

« Senhor Presidente, senhores Deputados, o Governo vem hoje à Assembleia da República cumprir com o seu compromisso de apresentar a actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2004-2007.

«Esta proposta de actualização foi efectuada sem alteração dos objectivos de médio prazo do Programa, em linha com a Resolução aqui aprovada, introduzindo apenas um ajustamento na trajectória de consolidação orçamental, imposta naturalmente pelo abrandamento da actividade económica mais prolongado e acentuado do que inicialmente previsto.

«Os senhores Deputados conhecem essa proposta e por isso não lhes vou consumir tempo a descrever o seu conteúdo. Interessa sim, discutir o espírito que deve envolver este programa.

«Estou hoje aqui com o mesmo espírito que nos animou no ano passado e que conduziu a um consenso bastante alargado neste Parlamento. Recordo a minha declaração de há um ano quando aqui apresentei a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2003-2006.

«Aquilo que então referi mantém plena actualidade. e a propósito desta actualização do Programa, disse eu então: “Estamos aqui, não para cumprir quaisquer obrigações legais ou regimentais, mas para procurar um consenso alargado sobre uma matéria indiscutivelmente decisiva para o futuro do nosso País; estamos de boa fé e com espírito de abertura.

“Trata-se de um programa plurianual, de médio prazo, o que implica uma linha de actuação duradoura e continua que pode ultrapassar o período de vida de um Governo. Nessa medida, este Programa não pode ser indiferente à Oposição e muito menos aos que aspiram algum dia a ser Governo.”

«Repito. Isso foi o que eu disse há um ano e agora reafirmo.

«Tem a Oposição em geral e o Partido Socialista em particular defendido que não teve consequências a Resolução aprovada no ano passado pela Assembleia da República.

«O Governo empenhou-se numa melhoria das regras de aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento; introduziu significativas melhorias no sentido da transparência das contas públicas e do melhor acompanhamento da execução orçamental; tem-se vindo a procurar requalificar a despesa pública.

«Apresentámos pela primeira vez no Relatório do O.E. um horizonte plurianual de despesa pública com indicação da evolução das principais componentes da despesa: educação; ensino superior; saúde e segurança social.

«Apresentámos pela primeira vez programas orçamentais que englobam todo o PIDDAC, a Lei de Programação Militar, a Cooperação



Programa de estabilidade e crescimento (Conclusão)

Portugal precisa de um processo continuado de Consolidação Orçamental, mesmo em fase de maior crescimento económico

e ainda programas de natureza horizontal, tais como o Governo Electrónico e a Sociedade da Informação.

«Essa convicção e disponibilidade que então manifestei em nome do Governo mantêm-se acrescidamente válidas e foram mesmo reforçadas pelos apelos recentes das mais variadas personalidades da vida pública, a começar pelo do Senhor Presidente da República e dos mais diversos quadranes político-partidários, no sentido de que se efective um consenso alargado sobre a forma de prosseguir uma consolidação séria e sustentável das finanças públicas portuguesas.

«Não está em causa a possibilidade de o Governo, apoiado na maioria parlamentar, prosseguir no plano legislativo os propósitos que se impôs na matéria e que encontram sustentação no respectivo Programa, aprovado por esta Assembleia da República.

«O Povo português não compreenderia nunca que não fossemos capazes de nos entender quanto ao essencial»

«Mas todos estamos conscientes - e essa consciência tem vindo a generalizar-se - que o País teria tudo a ganhar se esse entendimento genérico pudesse ser objecto de uma corporização mais concreta, atendendo precisamente a que a gravidade



da situação das finanças públicas e aquilo que está em causa a propósito do nosso futuro colectivo o exigem plenamente.

«Na verdade, por um lado, começa a ser consensual que a consolidação orçamental é um instrumento de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos com que o País se viu confrontado, e que ela própria é condição necessária para uma retoma em bases sãs e sustentáveis do crescimento económico e da nossa convergência real com os níveis de vida médios vigentes na União Europeia.

«Por outro lado, começa também a ser consensual que há razões estruturais para prosseguir a consolidação orçamental, que não vão desaparecer quando a retoma chegar.

«Tudo ponderado, é aconselhável - e o Povo português não compreenderia nunca que não fossemos capazes de nos entender quanto ao que é essencial - procurar obter consensos alargados sobre esta matéria.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, a Oposição em geral e o Partido Socialista em particular têm defendido que esse entendimento se

deverá efectuar em torno de uma possível futura revisão do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, que é o conjunto de dispositivos de natureza quase constitucional que regulam e disciplinam as finanças públicas na União Europeia.

«O instrumento em questão não é obviamente imutável e o Governo português regozija-se por ter participado activamente no debate que já conduziu à introdução de consideráveis melhorias na sua interpretação, e no sentido de o tornar mais flexível, nomeadamente para o habilitar a interpretar de forma mais adequada a relação entre as situações cíclica e orçamental de um determinado Estado-membro.

«Por conseguinte, quero, desde já, manifestar a minha total disponibilidade e abertura para discutir oportunamente com a Assembleia da República novas possíveis alterações a esse importante e incontornável dispositivo.

«Mas, sem querer desmerecer a importância desse debate, que havemos de ser chamados a fazer juntos, creio que isso não constitui o cerne da questão que hoje aqui estamos a debater.

Um apelo ao consenso

«Na verdade, o apelo ao consenso que não podemos deixar de ouvir e de atender não se refere às regras europeias consubstanciadas no Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas ao caminho que temos de percorrer para resolver o grave problema de finanças públicas que enfrentamos.

«E é por isso que, sendo importantes os consensos futuros que se venham a gerar em torno duma possível futura revisão do Pacto de Estabilidade e de Crescimento, são muito mais decisivos e urgentes entendimentos alargados sobre a forma concreta de prosseguir a consolidação orçamental no nosso País.

«Com Pacto ou sem Pacto, com o Pacto que temos ou com o Pacto futuramente revisto, uma coisa é incontornável. Teremos sempre de fazer cá dentro, em Portugal, a consolidação das finanças públicas.

«É disso que trata o Programa de Estabilidade e



de Crescimento, objecto de um consenso alargado nesta Assembleia há um ano atrás e que o Governo apenas entretanto se limitou a actualizar.

«Por isso me parecem desviar a discussão daquilo que é essencial algumas das propostas

anunciadas pelo Partido Socialista, tendo por objectivo introduzir alterações à Lei de Enquadramento Orçamental.

«No entanto, o Governo apreciará essas propostas com espírito de abertura e na medida em que elas possam contribuir genuinamente para a melhoria do procedimento orçamental e, sobretudo, para o objectivo de consolidação orçamental.

«Senhor Presidente, senhores Deputados, é do futuro que devemos falar. (...)

«E neste sentido, parecer-me-ia adequado dar um sinal concreto do nosso empenhamento neste objectivo nacional.

«Assim, não nos devíamos ficar por uma declaração de intenções ou por afirmações genéricas.

«Por isso, o Governo desde já avança com algumas propostas sobre esta matéria.

«Aquilo que em nome do Governo proponho à Oposição em geral, mas sobretudo ao Partido Socialista, são sete propostas, que poderiam ser consubstanciadas numa Resolução da Assembleia da República, que pudesse obter um consenso tão alargado quanto o teve a Resolução do ano passado.

«São elas:

1. Que concordemos num horizonte temporal para a resolução do problema das finanças públicas;
2. Que concordemos na metodologia do processo orçamental;
3. Que concordemos na identificação de objectivos quantitativos por exemplo qual a evolução da percentagem do défice no PIB;
4. Que concordemos no objectivo de limitar o crescimento anual da despesa corrente primária a uma determinada percentagem;
5. Que concordemos em prosseguir no objectivo de redução do emprego público e numa progressiva aproximação do peso das despesas com o pessoal no PIB para níveis mais consentâneos com os da média da União Europeia, o que implica uma redefinição daquilo que são as funções essenciais que deve exercer o Estado;
6. Que concordemos na imperiosidade de prosseguir as reformas estruturais nos sectores da Saúde, da Educação e da Segurança Social para conter a despesa pública e assegurar a sustentabilidade de longo prazo;
7. E, finalmente, que concordemos na urgência da reestruturação e do redimensionamento do Sector Empresarial do Estado.

«Senhores Deputados, tive o cuidado de seleccionar, na perspectiva de facilitar o consenso que desejamos, aquelas medidas que, constituindo prioridades do actual Governo, constavam igualmente do ECORDEP aprovado pelo Governo anterior.

«Estou certa que este novo sinal de abertura, agora dado pelo Governo, facilitará o consenso tão solicitado na sociedade portuguesa.

«A partir desta nova proposta que hoje aqui vos apresento, dificilmente se compreenderia que não se gerasse um entendimento alargado.

«Não duvido que, em face daquilo que está em jogo, esta Assembleia, e em especial o maior Partido da oposição, não deixarão de responder ao desafio que lhes é colocado em nome de Portugal.»

- Fontes : Lusa, Site MF Net

Em marcha a Reforma da Floresta

Sevinate Pinto revela as linhas gerais da reforma aprovada pelo Governo



Após o Conselho de Ministros do passado dia 4, de que damos notícia pormenorizada neste número do “Povo Livre”, o Ministro da Agricultura, Sevinate Pinto apresentou à comunicação social as grandes linhas da reforma florestal que tinham sido aprovadas em Conselho.

Assim, foi tornado público que entre 100 mil a 150 mil hectares dos 280 mil hectares de área florestal ardidos no Verão passado, deverão ser reflorestados nos próximos dois ou três anos, uma operação que custará entre 150 a 200 milhões de euros.

Para repor material agrícola perdido pelos agricultores, recuperar parques, ajudar na aquisição de madeira ou de cortiça o Ministério da Agricultura prevê ainda gastar 50 milhões de euros e na limpeza de matos, caminhos e em desbastes o Governo vai investir 7,6 milhões de euros.

O Governo promete ainda investir na formação de efectivos para a prevenção de incêndios e em campanhas de sensibilização para informar a população “para o valor da floresta e para os terríveis impactos que os fogos produzem”.

Para coordenar toda a estratégia de prevenção de incêndios e de protecção florestal, o Governo criou a Agência para a Prevenção de Fogos Florestais e pela primeira vez em Portugal, a prevenção florestal ser da responsabilidade de uma única entidade, o Ministério da Agricultura o que “aconteceu nalguns casos de êxito histórico a nível mundial”, frisou o governante.

Foi ainda revelado que as Forças Armadas estão preparadas para acções de patrulha e vigilância nas matas públicas e o corpo de Sapadores

Florestais vai ser alargado com mais 50 equipas, ficando assim com 170. O ministro definiu os Sapadores Florestais como um “corpo que tende a ser uma elite na prevenção” dos incêndios e sublinhou que “não se trata de concorrência com os bombeiros”.

Sevinate Pinto já tinha anunciado na Assembleia Nacional as grandes linhas da reforma da floresta

Estas decisões sobre a Floresta, vêm colocar o selo legislativo sobre anteriores trabalhos e planeamento sobre este assunto que já tinham sido expostas em linhas gerais à Assembleia Nacional pelo Ministro, que na altura disse: «Senhor Presidente, senhores Deputados, com a Resolução do Conselho de Ministros de 31 de Outubro passado demos um passo de gigante no sentido de concretizar uma verdadeira reforma estrutural no sector florestal, em coerência, aliás, com as opções fundamentais contidas na Lei de Bases da Política Florestal, aprovada por unanimidade em 1996 por esta Assembleia.

«Fizemo-lo porque quisemos dar uma resposta política à unanimidade que se formou no país, de apoio ao sector florestal violentamente atingido pelos fogos do último verão, e porque quisemos transformar essa calamidade numa oportunidade ao desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa.

«Quisemos transformar em primeiríssima prioridade a prioridade envergonhada e titubeante que o país tem atribuído à sua floresta, de forma aliás muito contraditória com os

enormes e conhecidos contributos deste sector em termos económicos sociais e ambientais.

«A floresta, todos o sabemos, é uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade, é uma fonte de importantes e abundantes matérias primas renováveis, é um elemento decisivo na defesa contra a erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos e é o principal sumidouro de CO2 emitido pela utilização de combustíveis fósseis.

«Por tudo isto a floresta deve constituir, a floresta tem de constituir, um projecto nacional, congregador de vontades e estratégias de todos os quadrantes políticos.

«Pela nossa parte, pela parte do Governo, tudo faremos para que assim seja.

«Comunicar-vos o que estamos a fazer no Ministério da Agricultura sobre esta matéria é aquilo que nos traz hoje à Assembleia.

«Estamos a trabalhar activamente na concretização da Resolução do Conselho de Ministros de 31 de Outubro passado em matéria de reformas estruturais no respeito do calendário aí previsto e, ao mesmo tempo, já estamos a implementar vários conjuntos de medidas de curto prazo em termos de prevenção contra incêndios, de forma a evitar que a calamidade de 2003 se repita em 2004.

«Em termos estruturais, trata-se para já, e em 1º lugar, de criar um novo modelo orgânico da Administração Pública (reformulando a actual Direcção Geral das Florestas, recriando uma estrutura nacional descentralizada, aligeirando os serviços centrais e reforçando os serviços regionais que serão redistribuídos por 3 circunscrições florestais e 21 núcleos florestais coincidentes com as áreas de influência dos 21 Programas Regionais de Ordenamento Florestal. Temos o projecto de diploma concluído.

«Em 2º lugar, trata-se de instituir uma entidade especializada na Prevenção dos Fogos Florestais - a Agência para a Prevenção dos Fogos Florestais. Temos esse diploma concluído.

«Em 3º lugar, trata-se de instituir um fundo financeiro que possa apoiar as actividades florestais essenciais que não dispõem de financiamento assegurado, não imediatamente

rendíveis (o Fundo Florestal Permanente previsto na Lei de bases da Política Florestal aprovada em 1996). Temos o diploma concluído.

«Em 4º lugar, trata-se de intervir no ordenamento e na gestão florestal, concluindo os PROF's (Planos Regionais de Ordenamento Florestal) e criando a figura das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) geridas por uma só entidade. As zonas de intervenção florestal constituirão a peça central de uma nova forma de gerir e de defender a floresta nacional; em 5º lugar, trata-se também de preparar um enquadramento fiscal adequado à especificidade e ao investimento florestal e em 6º e último lugar, trata-se de reestruturar o sistema de prevenção, detecção e primeira intervenção em fogos florestais, profissionalizando os recursos humanos e melhorando os seus meios, e sensibilizando as populações para a importância da floresta e da sua defesa.

«Neste domínio já temos pronto um novo projecto de decreto lei para os sapadores.

«Quero dizer-vos também que já preparámos a estrutura de emergência para enquadrar a reflorestação das áreas ardidas, que é composta por um Conselho Nacional de Reflorestação e por 4 Comissões Regionais de Reflorestação, coincidentes com as áreas mais afectadas, e que, por outro lado, já preparámos um grande conjunto de medidas de curto prazo para evitarmos que no próximo verão se possa repetir uma idêntica calamidade à que ocorreu no ano passado.

«Essas medidas, que são muitas e que nos vão ocupar nos próximos 8 meses, mas muito em particular nos próximos 4 meses, podem-se agrupar em cinco conjuntos:

«Em 1º lugar - a melhoria do sistema nacional de detecção e de comunicação de incêndios florestais; em 2º lugar - o reforço da autoridade e da vigilância nos espaços florestais dissuadindo os comportamentos de risco; em 3º lugar - o corte e a remoção de biomassa vegetal combustível em áreas estratégicas; em 4º lugar - o reforço da formação dos agentes intervenientes, em matéria de prevenção, incluindo a primeira intervenção; em 5º lugar - a sensibilização e informação da população.

«Terei, naturalmente, muito gosto em adiantar-vos todos os pormenores que os Senhores Deputados considerem úteis daquilo que agora vos anunciei.» – **Gab. Press. Min. Agr.**



Convenção Autárquica de Portalegre

Militância e sentido de Serviço Público evidenciados na reunião Social-Democrata

A Comissão Política Distrital de Portalegre realizou a sua convenção autárquica, neste fim de semana com resultados extremamente positivos, que revelaram não apenas a militância e o sentido de serviço social-democrata daquele Distrito, como a capacidade de organização e a grande estima e companheirismo que rodeiam os dirigentes distritais da cidade que José Régio cantou.

Não deixa de ter cabimento, no momento em que esta Convenção, com um sentido de merecido optimismo e confiança avaliou o trabalho executado e discutiu as grandes linhas de acção futura, voltadas para o progresso e o bem-estar das populações, recordar que a "Toada de Portalegre", de Régio, revela, - sem discutir o valor poético - um sentido de "bathos", de desespero e de incompreensão do verdadeiro espírito da terra e das gentes, próprio do seu posicionamento político. Então como hoje, a esquerda, ante as dificuldades, é incapaz de olhar em frente e construir sem desfalecimentos, o futuro que queremos para todos, preferindo a lamentação e a destruição.

* * * * *

A convenção desenrolou-se no Cine-Teatro de Alter do Chão, com início às 14 e 30 e a sessão de encerramento começou pelas 18 horas.

A sessão foi presidida pela Dra. Leonor Beleza e teve a presença do Ministro das Obras Públicas, Transporte e Habitação, Carmona Rodrigues e do Secretário de estado da Administração Local, Miguel Relvas e do Presidente da Câmara e da CCPS/PSD de Alter do Chão, Hemetério Cruz, do Professor António Borges, do Governador Civil de Portalegre, Cristovão Crespo e do Presidente da Distrital de Portalegre e Secretário-Geral Adjunto do PSD nacional, José Manuel Matos Rosa.

As intervenções iniciais pertenceram a Hemetério Cruz e a Miguel Relvas e as intervenções e debates subsequentes foram desempenhadas por autarcas do distrito, a todos os níveis, intervenções breves e directas que forma «direitas ao cerne dos assuntos», ou seja, apreciação do passado e objectivos e caminhos de acção futura.

No encerramento houve lugar a palavras da Presidente da Mesa e uma intervenção do Prof. Carmona Rodrigues, que, entre outras considerações, referiu a relação entre a acção do seu departamento e o quotidiano dos portalegrenses, que o Governo apoia até aos limites das suas possibilidades, que serão cada vez maiores à medida que Portugal for saindo da conjuntura de crise e entre na recuperação, cujos sinais já são evidentes e que todos esperamos tenha reflexos directos na vida nacional e regional. - **PL**



José Luís Arnaut em Viseu

Reunião com os responsáveis social-democratas em encontro de trabalho das estruturas distritais



A Comissão Política Distrital do PSD de Viseu levou a cabo, no passado sábado, uma reunião de trabalho das estruturas dirigentes do nosso Partido

naquele Distrito, a que presidiu o Secretário Geral, José Luís Arnaut.

A reunião começou com um almoço de confraternização no Hotel São José, em Tondela, prosseguindo depois numa sala de conferências do mesmo estabelecimento.

Estiveram presentes cerca de 100 membros da estrutura partidária, incluindo todos os presidentes de Câmara PSD, outros autarcas, presidentes das Concelhias, Deputados eleitos pelo círculo e responsáveis por diversos sectores da nossa orgânica em Viseu.

O objectivo principal desta reunião foi a análise da situação política no Distrito e no País, com vista à elaboração de estratégias de preparação do Partido, para os difíceis mas

estimulantes desafios que se avizinham.

A Comissão Política Distrital apresentou um conjunto significativo de acções a desenvolver nos próximos meses, tendo como objectivo não só a organização atempada das Eleições Europeias, como igualmente das Eleições Autárquicas de 2005.

Foi apresentado o novo Gabinete Autárquico que irá trabalhar em articulação com as estruturas concelhias e os autarcas, com vista a este tão decisivo ciclo eleitoral.

Por seu lado, o Secretário Geral do PSD, José Luís Arnaut, teve oportunidade de esclarecer os presentes sobre o panorama geral da situação política nacional e demonstrou a sua satisfação pela forma como o Partido está organizado no Distrito.

Diversos presidentes de Câmara. Incluindo os de Armamar, Tondela, Viseu e Vouzela, tiveram intervenções significativas, exortando sempre à união de todo o PSD e a sua atenção e dedicação aos próximos combates eleitorais, sobretudo no que toca a responder com determinação e sucesso, às tentativas da oposição, especialmente do PS, para subverter o trabalho e as realizações do nosso Partido.

A reunião terminou em ambiente de confiança e entusiasmo, regressando o dr. José Luís Arnaut a Lisboa com a imagem da determinação, coragem e confiança social-democrata das estruturas do PSD em Viseu.

- Fonte:CPD/PSD, Viseu

Durão Barroso em Dublin e Bruxelas para encontro bilateral com Bertie Aherne e a reunião do Partido Popular Europeu

A sucessão do presidente da Comissão Europeia foi abordada pelos Primeiros-Ministros de Portugal e da Irlanda, na passada quarta-feira em Dublin, apesar dos temas fundamentais da reunião serem o projecto de Constituição Europeia e a “estratégia de Lisboa”.

Durão Barroso e Bertie Aherne tiveram na quarta-feira, um pequeno encontro de meia hora, às 18:00, e em seguida deram uma conferência de imprensa antes de um jantar de trabalho que terminou pelas 20 horas.

Fonte governamental da presidência irlandesa da União Europeia disse à “Lusa” que a escolha do sucessor de Romano Prodi é uma das tarefas de Dublin, mas que só começará a ser discutida de uma forma mais séria em reuniões bilaterais entre o Primeiro-Ministro irlandês, e os restantes chefes de governo, a seguir à Cimeira europeia que se realiza a 22 de Março em Bruxelas.

Os 25 países da futura UE fracassaram em Dezembro último uma tentativa de acordo sobre a questão por causa da recusa da Espanha e da Polónia em reduzir o seu poder no processo de tomada de decisões. Lisboa defende um acordo com base no actual projecto, mas está disposta a aguardar pelo momento em que haja condições políticas que permitam o necessário consenso.

A presidência irlandesa está a contactar todos os Estados-membros, e na Cimeira de Março, irá dar conta



O PM português com o seu homólogo irlandês Bertie Aherne

das suas diligências para se sair do impasse das discussões sobre o projecto de Constituição Europeia.

O Primeiro-Ministro português seguiu depois para Bruxelas onde participou, na quinta-feira, no congresso do Partido Popular Europeu, uma reunião extraordinária que foi o “pontapé de saída” da preparação das eleições europeias de Junho e contou com a presença de 700 delegados, incluindo 13 primeiros-ministros da UE alargada (aos países que vão aderir em Maio).

Jean-Pierre Raffarin (França), Silvio Berlusconi (Itália) e José Maria Aznar (Espanha) foram alguns dos chefes de governo europeus que estiveram presentes ao lado de Durão Barroso.

O Primeiro-Ministro e presidente do PSD, que tem um peso bastante significativo no PPE, falou sobre a posição portuguesa em relação ao projecto de Constituição Europeia, no discurso que proferiu na quinta-feira de manhã, do qual uma tónica foi a crítica à falta de solidariedade financeira dos países mais ricos, em relação às regiões menos desenvolvidas, como algumas das portuguesas.

Durão Barroso lembrou aos Estados-membros que preconizam cortes no orçamento comunitário que é «impossível» defender uma maior ambição para a Europa e ao mesmo tempo pretender congelar os recursos financeiros para realizar as tarefas numa UE alargada a 25 países. Esta declaração

de Durão Barroso surge na sequência do apoio de Portugal à proposta da Comissão Europeia no sentido de aumentar em 30% os dinheiros para a política de coesão no período 2007-2013.

Os países que mais contribuem para os cofres comunitários (Alemanha, Holanda, Reino Unido, Suécia, França e Áustria) defendem o congelamento das despesas do orçamento da União a um nível idêntico ao actual. O Governo português, pelo seu lado, apoia a proposta da Comissão Europeia de aumento dos recursos financeiros.

Durão Barroso disse também que «hoje há menos impulso europeu do que há alguns anos atrás e os riscos de desintegração são hoje maiores que as hipóteses de integração», afirmando igualmente que «o aumento do número de Estados-membros na União parece implicar o ressurgimento duma lógica de procura do poder que tinha sido muito justamente banida pelos pais fundadores», aludindo aos problemas levantados pela Espanha e Polónia sobre o modelo de votação, que levaram à reprovação do projecto de Constituição Europeia.

Contudo, o PM português defendeu que mais vale não ter uma Constituição do que ter uma má Constituição, e voltou a insistir na necessidade de se chegar a um «equilíbrio justo» que respeite os princípios de igualdade entre Estados-membros e de igualdade entre cidadãos. – Fontes: Lusa, site Governo Internet

«Semana da Internet» no Estoril testemunha impulso para a Banda Larga

O Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) assinaram no passado dia 4 um acordo para dotar as escolas e as bibliotecas municipais de computadores com acesso à Internet em alta velocidade (Banda Larga). O protocolo assinado na Conferência Internacional que decorreu no Estoril, organizada pela Unidade Missão Inovação e Conhecimento, no âmbito da semana da Banda Larga, o dispositivo de missão que lidera a Sociedade da Informação, tutelada pelo Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Amato, o grande entusiasta e impulsionador deste primacial vector para o progresso do nosso País, na realidade social e económica do século XXI.

Fernando Ruas, presidente da ANMP, explicou, à margem da conferência, que o acordo permitirá colocar “milhares de computadores” nas escolas, desde o pré-primário ao secundário e ainda nas bibliotecas municipais.

As autarquias ficarão encarregues da

gestão do projecto, financiado pelo Governo, com recurso a fundos comunitários, adiantou o também presidente da Câmara Municipal de Viseu. O protocolo prevê ainda a formação dos funcionários autárquicos em tecnologias ligadas à Sociedade de Informação.

Falando nesta sessão da Conferência, o Primeiro-Ministro teve palavras de incentivo para os agentes económicos em geral, lembrando que não basta terem uma visão de curto prazo no negócio de acesso à Internet a alta velocidade e lembrou que só se consegue a massificação da Banda Larga com investimentos em infra-estruturas.

O Primeiro-Ministro lembrou que a Banda Larga é uma “oportunidade única” para o desenvolvimento do país, mas que isso só se conseguirá com uma



visão de longo prazo.

De acordo com um estudo do Governo, cerca de 70 por cento do território português tem uma cobertura de Banda Larga inferior a 10 por cento, o que torna o objectivo de ter metade dos lares portugueses com Internet em alta velocidade em 2006, “muito

ambicioso, mas que temos de tentar alcançar”, afirmou.

Para tornar realidade este “desideratum”, o governo vai investir mil milhões de euros até aquela data, incluindo a dotação de mil salas de aula com Internet de alta velocidade e dar formação aos respectivos professores, até ao final do ano, num investimento, só para esta acção, de 160 milhões de Euros, conforme revelaria o Ministro da Educação, no dia

seguinte.

Esta é uma parte do plano para incentivar o uso da Internet, começando pelas escolas, no quadro do projecto pelo qual o Governo pretende que metade dos lares disponha de Internet de Banda Larga até 2006. – Fontes: Lusa, UMIC



CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Castelo Branco, para uma reunião a realizar no dia 16 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação da actuação da Comissão Política de Secção;
3. Diagnóstico da situação política concelhia;
4. As Comunidades Urbanas;
5. Estratégia para as Eleições Autárquicas;
6. Outros assuntos considerados de interesse.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora do PSD, para reunir no próximo dia 19 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede do partido de Évora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação das contas de 2003;
3. Apresentação do orçamento para 2004;
4. Análise da situação política actual.

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Marvão, a realizar-se no próximo dia 14 de Fevereiro de 2004, na sede da Concelhia, sita na Travessa da Silveirinha, na Vila de Marvão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação das contas, desta Secção, do ano de 2003;
2. Informações da Actividade Partidária;
3. Assuntos diversos.

NÚCLEO DO BONFIM (PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se o plenário de

militantes do Núcleo do Bonfim-Porto, para uma reunião no dia 23 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede sita à Rua de Entreparedes, n.º80, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação das contas relativas ao Ano de 2003;
2. Apresentação, discussão e votação do orçamento e plano de actividades para 2004;
3. Análise da situação política.

NÚCLEO OCIDENTAL (PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo Ocidental do Porto do PSD, a reunir em Sessão Ordinária no dia 19 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sua sede, sita à Rua Pinheiro Manso, 305, 4100-412 Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação das contas relativas ao Ano de 2003;
2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2004;
3. Informação/ Análise da situação política.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da assembleia de Secção de Santarém, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 5 de Março de 2004, pelas 20h30, na sede Distrital do PPD/PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação, discussão e votação das contas anuais da CPC, referentes ao ano de 2003;
3. Apreciação, discussão e votação do orçamento da CPC para o ano de 2004;
4. Análise da situação política.

Nota: Caso à hora marcada não estejam presentes 50% dos militantes inscritos na Secção, a Assembleia reunirá trinta minutos após aquela hora, com qualquer número de presenças, ao abrigo do disposto no n.º2 do art.º 66 dos Estatutos.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se o Plenário de secção de Santa Maria da Feira, para uma reunião no dia 5 de Março de 2004, pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Rua dos Descobrimentos, em Santa Maria da Feira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e votação do relatório e contas de 2003;
2. Apresentação e votação do plano de actividades para 2004/2005;
3. Análise da situação político-partidária.

SINES

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes para uma Assembleia a realizar pelas 21h00, do próximo dia 19 de Fevereiro de 2004 (quinta-feira), na sede concelhia, sita na Rua de Ferreira, 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação das contas de 2003.

VILA VIÇOSA

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária, no dia 6 de Março de 2004, pelas 18h00, na sede concelhia, Rua Martim Afonso de Sousa, n.º17, Vila Viçosa, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Informações;
2. Actividades da Secção;
3. Análise da situação política local;
4. Autárquicas 2005: Introdução ao debate- estratégia e candidatos;
5. Análise da situação política nacional.



Por lapso dos serviços não foi publicada esta convocatória no Povo Livre de 4 de Fevereiro de 2004.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento do X Congresso Nacional dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal dos TSD, para reunir no dia 13 de Fevereiro de 2004, quinta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º23-1.º esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Relatório de Actividades e Contas do ano 2003;
3. Orçamento para o ano de 2004;
4. Proposta de Moção de Estratégia Política e Sindical a apresentar ao X Congresso Nacional dos TSD;
5. Proposta de Alteração aos estatutos a Apresentar ao X Congresso Nacional dos TSD;
6. Análise da Situação Política e Sindical.



X Congresso Nacional dos TSD

Convocatória

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento do X Congresso Nacional dos TSD, convocam-se todos os militantes dos TSD dos Distritos e Regiões Autónomas, abaixo indicados, para a realização das respectivas Assembleias Eleitorais, no dia 3 de Março de 2004, com os horários e locais indicados, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição dos Delegados ao X Congresso Nacional dos TSD

Eleição dos Delegados dos Distritos e Regiões Autónomas

Distrito/Região Autónoma	Nº delegados a eleger	Horário funcionário	Localização das urnas
Açores	17	21H00-22H00	Sede do PSD de Ponta Delgada
Aveiro	22	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Aveiro
Beja	11	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Beja
Braga	20	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Braga
Bragança	9	20H00-22H00	Sede Distrital do PSD/Bragança
Castelo Branco	9	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/C. Branco
Coimbra	20	19H00-21H00	Sede Distrital do PSD/Coimbra e Sede Concelhia da Figueira da Foz
Faro	15	21H00-24H00	Sede Distrital do PSD/Faro, Sede Concelhia Olhão/PSD
Guarda	11	18H30-20H00	Sede Distrital do PSD/Guarda
Leiria	12	20H00-22H00	Sede Distrital do PSD/Leiria
Lisboa/AML	82	19H00-22H00	Secção da Amadora/PSD -Votam os residentes nesta área Secção da Azambuja/PSD -Votam os residentes nesta área Secção de Cascais/PSD - Votam os residentes nesta área Secção de Mafra/PSD - Votam os residentes nesta área Secção de Vila Franca de Xira/PSD -Votam os residentes nesta área Secção de Algés/PSD -Votam os residentes nas áreas das Secções de Algés e Oeiras Secção do Cacém/PSD -Votam os residentes nas áreas das secções de Algueirão, Cacém, Pero Pinheiro, Queluz, Rio de Mouro e Sintra Secção de Odivelas/PSD -Votam os residentes nas áreas das Secções de Loures, Moscavide e Odivelas Mesa Central Sede Distrital PSD/AML - Votam as Secções: A;B;D;E;F;G; H;I e ORIENTAL e votam também os restantes fora do Distrito
Lisboa/AO	8	20H00-24H00	Sede Distrital do PSD/Torres Vedras
Madeira	12	18H00-19H00	Sede do PSD do Funchal
Portalegre	8	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Portalegre
Porto	60	17H00-22H00	Sede Distrital do PSD/Porto
Santarém	11	18H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Santarém
Setúbal	25	17H00-20H00	Sede Distrital do PSD/Setúbal
Viana do Castelo	8	19H00-21H00	Sede Distrital do PSD/Viana do Castelo
Vila Real	12	21H00-23H00	Sede Distrital do PSD/Vila Real
Viseu	12	21H00-23H00	Sede Distrital do PSD/Viseu

Nota — Nos termos estatutários e regulamentares as candidaturas terão de observar as disposições seguintes:

- Serem apresentadas por listas completas, contendo o número de efectivos previsto, pelo menos um terço de suplentes, com o nome e número de militante de cada candidato;
- Serem propostas por um mínimo do dobro dos candidatos efectivos;
- Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou colectivamente;
- Nenhum militante pode integrar mais do que uma candidatura;
- Só poderão ser eleitos os militantes que há data das eleições, estejam inscritos, há pelo menos, 1 ano;
- As listas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem estatutariamente o posso substituir, na sede do órgão respectivo até às 22 horas do dia 25 de Fevereiro, quinto dia útil anterior ao do acto eleitoral;
- Para efeitos do ponto anterior, a respectiva sede deverá encontrar-se aberta até às 22 horas do dia em que expirar o prazo para a apresentação de candidaturas;
- Qualquer lista candidata poderá apresentar manifesto eleitoral que divulgará pela forma e meios que entender convenientes;



Regina Bastos defende melhor gestão dos fluxos migratórios



A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu que o título da comunicação da Comissão Europeia sobre **“Imigração, Integração e Emprego** traduz claramente a ideia de uma problemática multifacetada e de actualidade incontestável na União Europeia e em cada um dos Estados-Membros e recordou que o Tratado de

Amsterdão e o Conselho Europeu de Tampere lançaram as bases da política de imigração na União Europeia”.

Para Regina Bastos, “hoje, mais do que nunca, é urgente conferir maior importância a esta questão. Por três razões principais: **o aumento significativo do fluxo de imigrantes para a Europa, nos últimos anos; a necessidade de manter os níveis de desenvolvimento económico da Europa devido ao défice demográfico crescente e à diminuição da mão-de-obra; e o alargamento e as alterações das dinâmicas das migrações daí decorrentes**”.

A título ilustrativo, Regina Bastos citou um estudo das Nações Unidas, segundo o qual “a Itália precisará de 6.500 imigrantes por ano por cada milhão de habitantes”.

Regina Bastos salientou que **“Portugal acolhe 400.000 imigrantes legais que representam**

8% da população activa, o que torna o país um exemplo europeu de bom acolhimento e integração dos imigrantes. Os imigrantes são, assim, um recurso para o mercado de trabalho. Mas os seus direitos são indissociáveis dos direitos fundamentais da pessoa humana”.

Por isso, Regina Bastos defendeu que “cada Estado-Membro, em coordenação com a União, deve definir os fluxos migratórios de acordo com as necessidades do seu mercado laboral, a par de uma resposta solidária, humanista e integradora no acolhimento daqueles que nos procuram para conseguir melhores condições de vida.

Daí que, os Estados-Membros enfrentem um desafio comum : **o de melhorar a gestão dos fluxos migratórios através do aperfeiçoamento das políticas de integração** dos novos imigrantes e dos

já instalados, sempre em colaboração com os países de origem”.

Para a Deputada social democrata, “apesar de se reconhecer a autoridade de cada Estado-Membro nesta matéria, a experiência adquirida por cada país da União deve ser partilhada. É necessário, acrescentou, que haja **intercâmbio de boas práticas**, comparação de resultados e a divulgação de informação aos Estados-Membros, às instituições da União Europeia e às outras partes interessadas”.

No que toca aos **direitos de cidadania**, que considerou deverem estar sempre presentes nesta matéria, Regina Bastos defendeu que é “premature e eventualmente excessivo conceder o direito de voto nas eleições europeias. Já quanto às eleições autárquicas, cada Estado-Membro, de acordo com o princípio de subsidiariedade, deverá conservar a prerrogativa de conceder ou não o direito de voto aos imigrantes que acolhe”.

PE aprova Relatório de Teresa Almeida Garrett sobre Agências Europeias

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório da Deputada **Teresa Almeida Garrett** sobre a comunicação da Comissão relativa ao **enquadramento das Agências Europeias de Regulamentação** onde, no seguimento do Livro Branco sobre a Governança, a Comissão apresenta as condições de criação de novas agências, o quadro normativo em que estas deverão desenvolver as suas actividades e onde se definem as especiais responsabilidades que cabem à Comissão na supervisão das respectivas agências.

Na sua intervenção no debate, a Deputada Teresa Almeida Garrett congratulou-se “pela iniciativa e também pelos critérios gerais aí contemplados”, sublinhando o reconhecimento da necessidade de se fazer um **“recurso criterioso e parcimonioso à criação de novas agências**. Elas só se justificarão em domínios de grande especialização científica ou técnica, em que haja uma delimitação precisa das tarefas a executar, num quadro de responsabilidade e de autonomia que não ponha em causa a unidade e a integridade da função executiva nem diminua a responsabilidade política da Comissão perante o Parlamento e o Conselho.

Para Teresa Almeida Garrett, “as preocupações principais do Parlamento serão sempre a de garantir a unidade e a integridade da função executiva a nível europeu e a respectiva responsabilidade política da Comissão.

Mas, acrescentou a Deputada Teresa Almeida Garrett, como tudo na vida há sempre um mas. O relatório lamenta, no entanto, **que a Comissão tenha restringido o âmbito da sua comunicação às chamadas agências de regulamentação** a criar, no futuro, dentro do quadro institucional do Tratado CE. Lamenta-se que se tenha omitido qualquer referência às agências existentes, quando todos estaremos de acordo na necessidade de fazer uma avaliação aprofundada do desempenho das actuais agências, da premência de propor alguma reformulação das suas missões e competências, de actualizar a estrutura e a composição dos seus órgãos. Estas são preocupações que o Parlamento tem vindo a manifestar à Comissão através das comissões parlamentares mais directamente envolvidas no controlo do funcionamento das agências”.

Teresa Almeida Garrett lamentou ainda que “**não tenha havido uma reflexão sobre as consequências que trarão as profundas alterações propostas no projecto de Constituição Europeia**, nomeadamente o fim da estrutura dos pilares, a introdução de uma hierarquia das normas e a explicitação do controlo jurisdicional sobre os actos das agências. Importará conhecê-las para delinear, de modo mais completo, coerente e arrojado, o futuro ambiente normativo das agências”.

Carlos Coelho quer maior controlo de drogas sintéticas



intercâmbio de informações, avaliação de risco e controlo das novas drogas sintéticas, que tem sido um instrumento muito eficaz para que haja um intercâmbio rápido de informações”.

Carlos Coelho sublinha que nesta proposta, **“o âmbito de aplicação é alargado a todas as novas drogas sintéticas e novos estupefacientes**, incluindo as drogas susceptíveis de serem definidas como medicamentos, sendo igualmente positivo que se proceda a uma simplificação das estruturas, de modo a que o intercâmbio de informações e a avaliação de risco, se façam de forma mais simples e eficaz.

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** defendeu, no Parlamento Europeu, que **“se actue de uma forma mais rápida e eficaz contra as novas drogas sintéticas”**.

Para Carlos Coelho, **“existe um problema de aumento crescente da produção e comércio de drogas sintéticas e é necessário que se criem, urgentemente, formas de controlo rigorosas e efectivas e a proposta em discussão no Parlamento Europeu é uma actualização e, ao mesmo tempo, implica um reforço da transparência e um alargamento do âmbito de aplicação da Acção Comum de 1997 relativa ao**

Esperamos, acrescentou o Deputado social democrata, que a Acção Comum não se limite a funcionar apenas como mecanismo de resposta rápida, mas que sirva também, no futuro, para um acompanhamento a longo prazo de uma substância sintética através de um intercâmbio constante de informações entre os Estados Membros e a Europol e o OEDT”.



Céu Único Europeu: Sérgio Marques critica propostas da Comissão Europeia



O Deputado do PSD **Sérgio Marques** criticou, no Parlamento Europeu, as propostas da Comissão Europeia visando a **criação de um Céu Único Europeu**.

No debate sobre a posição comum do Conselho relativa a um pacote de propostas da Comissão Europeia, Sérgio Marques afirmou partilhar “inteiramente dos objectivos das propostas em análise, a saber, reduzir os atrasos no transporte aéreo europeu, através de uma utilização mais eficiente do espaço aéreo dos Estados membros, mantendo elevados níveis de segurança”, mas expressou, no

entanto, “algumas preocupações quanto ao conteúdo das mesmas”.

Sérgio Marques referiu concretamente **três pontos** que considerou “**fundamentais**”, no acordo agora alcançado:

O primeiro, prende-se com o que Sérgio Marques considerou ser “*uma tentativa, por parte da Comissão Europeia, de comunitarização do espaço aéreo dos Estados membros, através da criação imediata de uma Região Europeia de Voo única, com base na qual se criariam os chamados blocos funcionais. Neste ponto, Sérgio Marques afirmou o seu total apoio ao texto do*

Conselho, segundo o qual, a determinação dos blocos funcionais releva da competência exclusiva dos Estados membros, não podendo ser alterada pela União Europeia. Por outro lado, a criação de uma Região Europeia de Voo única deverá ser fruto de uma decisão futura do Conselho e do PE, para além dos próprios Estados Membros, que mantêm a sua competência neste domínio”.

Em segundo lugar, e em matéria militar, as propostas da Comissão Europeia prevêm a possibilidade de impor às actividades militares regras de gestão e de utilização do espaço aéreo. O deputado social democrata afirmou mais uma vez concordar com a posição tomada pelo Conselho, que lhe parece “*muito mais ajustada e equilibrada, na medida em que reconhece que uma utilização mais eficiente do espaço aéreo depende sim de uma colaboração mais estreita entre entidades civis e militares, isto é, da aplicação uniforme no interior do Céu Único Europeu do denominado conceito de utilização flexível do espaço aéreo. Esse objectivo deverá ser sempre prosseguido no respeito das competências nacionais*”.

Por último, Sérgio Marques referiu-se à questão da **gestão do espaço aéreo**, expressando o seu “*total desacordo com uma abordagem que tenda a assemelhar esta gestão a uma qualquer prestação económica, comparável aos mercados liberalizados das telecomunicações ou dos transportes, sob fiscalização de uma entidade reguladora europeia. Defendo, por isso, acrescentou Sérgio Marques, que cada Estado membro deve poder, dentro do seu espaço aéreo, nomear o prestador de serviços com total liberdade, sob tutela de autoridades nacionais de supervisão e sem subordinação a quaisquer outras entidades*”.

Sérgio Marques defende harmonização de normas relativas aos detergentes

O Deputado do PSD **Sérgio Marques** considerou que a proposta de regulamento sobre detergentes, debatida no Parlamento Europeu, “*representa um progresso para os produtores e consumidores de detergentes. Na verdade, acrescentou, estamos em vias de conseguir uma muito positiva modernização do quadro legislativo relativo ao controle da biodegradabilidade dos detergentes que datava já do início dos anos 70*”.

Sérgio Marques manifestou, no entanto, insatisfação relativamente a dois pontos que reputou de particularmente “*importantes e sensíveis*”.

O primeiro prende-se com a **necessidade de harmonização das regras de etiquetagem adicional**, nomeadamente no que se refere à proibição de imagens susceptíveis de aumentar o risco de ingestão de detergentes, como sejam as imagens de frutos ou outros géneros alimentícios. Estas imagens são particularmente perigosas no caso das crianças uma vez que aumentam o risco de ingestão de detergentes pelo elemento apelativo que contêm. O sistema actualmente em vigor restringe esta proibição às substâncias e preparações perigosas, o que é manifestamente insuficiente. Defendo, por isso, que se vá mais longe na defesa dos consumidores, especialmente daqueles que são mais vulneráveis, como sejam as crianças.

Por outro lado, gostaria de expressar a minha incompreensão pela **imposição, no regulamento, de métodos de ensaio nacionais não harmonizados** sem qualquer previsão da respectiva publicação como parte integrante do mesmo. Em qualquer destes aspectos, estamos muito aquém das melhores soluções”.

Joaquim Piscarreta defende necessidade de estreitar laços entre a ciência e a indústria

O Deputado do PSD Joaquim Piscarreta denunciou em Estrasburgo, “as carências da assessoria científica da União Europeia em matéria de pescas, assim como a escassez dos recursos financeiros e humanos”. Joaquim Piscarreta apoiou “a necessidade de estreitar os laços entre a ciência e a indústria, dando um carácter mais pragmático aos resultados finais. A investigação científica, acrescentou, tornou-se num instrumento fundamental na aplicação da Política Comum das Pescas servindo de base à gestão sustentável dos recursos”.

Para o Deputado social democrata, “os limites que têm sido impostos à actividade piscatória na UE acarretam consequências sócio-económicas dramáticas. Portugal tem sido particularmente vítima deste tipo de medidas, nomeadamente através da reorientação da actividade e da destruição de grande parte da frota pesqueira nacional”.

Joaquim Piscarreta referiu que “*assiste diariamente, nos portos e lotas do Algarve, às consequências humanas das medidas de gestão das pescas*”, revoltando-o saber que “*a Comissão Europeia continua na mesma direcção, sem sequer mandar fazer uma avaliação sócio-económica criteriosa das consequências da execução das suas medidas*”.

Convém por isso que este regime de excepção, dado o seu carácter irreversível, seja devidamente justificado em pareceres científicos rigorosos com uma alta fiabilidade da informação respeitante à evolução dos recursos”.

Joaquim Piscarreta considerou que, “por falta de informação objectiva, os pareceres científicos actuais dão aso a interpretações dúbias pelos Estados-Membros, contrariando os efeitos das medidas de protecção dos recursos haliéuticos”.

Encontro de Militantes da JSD/Cadaval Jorge Nuno esteve presente

A activa Comissão Política de Secção da JSD/Cadaval, juntou perto de uma centena de militantes e simpatizantes da JSD do concelho para um jantar temático sobre ambiente.

Esta iniciativa foi apadrinhada pelo Presidente da Comissão Política Nacional da JSD e pelo Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, que não quiseram deixar de estar presentes.

Durante este I Encontro de Militantes do Cadaval, formaram-se vários grupos de discussão sobre ambiente, que foram tomando a palavra. As intervenções tinham como propósito alertar a autarquia para questões ambientais, em mensagens directas à vereadora do respectivo pelouro que acedeu a tomar as devidas notas.

Mas o jantar serviu igualmente para homenagear o Companheiro Herder Renato, membro da Mesa do Congresso Nacional da JSD, pelo seu trabalho de vários anos à frente da CPD/Área Oeste, lugar ocupado hoje por um dos anfitriões da iniciativa, Ricardo Machado.

O jantar e a festa que se seguiu decorreram na freguesia de Figueiros, onde foi criado há três anos um forte Núcleo da JSD. Este núcleo conta com sede e bar próprios desde 2001 (aberto diariamente desde aí), inaugurado por Gonçalo Capitão e Herder Renato, na altura membros da CPN/JSD

Igualmente presentes estiveram a Secretária-Geral da JSD Ana Zita Gomes, o Director de Informação, e o militante honorário da JSD Carlos Cruz, antigo membro do CJN.



JSD/Loulé saúda promoção turística do concelho

“O Concelho de Loulé deu mais um passo em frente na indústria turística, ao ser representado na BTL, na passada semana de 21 a 25 de Janeiro”, considerou a Comissão Política Concelhia da JSD de Loulé.

A feira anual é considerada o certame com maior protagonismo em Portugal nesta área de negócios e é visitada por investidores de renome, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Segundo refere a JSD/Loulé em comunicado, a marca LC, Loulé Concelho, “atraiu a atenção (...) revelando uma imagem moderna e inovadora, apresentando o concelho de forma condigna, deixando todos os louletanos orgulhosos.”

Finalmente, a CPS agradeceu à Câmara Municipal de Loulé, a sua “incansável luta para tornar o turismo no concelho um negócio sólido e com futuro”.

Fórum Laranja:

JSD Castelo Branco analisa futuro mapa do Distrito

A CPD de Castelo Branco pretende sentar à mesma mesa todos os Presidentes da Câmara do Distrito e o Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas para discutir e esclarecer a temática da nova organização territorial do País.

Ainda sem data definitiva, a Distrital de Castelo Branco incentiva todos os militantes do distrito interessados no assunto a documentarem-se sobre a matéria, enriquecendo assim o debate.

Agenda Europeia da JSD

No âmbito da participação da JSD em organizações europeias de juventude (YEPP e EDS), divulgamos as iniciativas já agendadas e que terão lugar sob coordenação da JSD.

- 25 a 28 de Março: YEPP Chairman Conference (em Lisboa)

- 21 a 25 de Abril: EDS Council Meeting & Seminar (no Porto)

De realçar que estas acções estão a ser preparadas pela Comissão Política Nacional da JSD, nomeadamente por Hélder Santos, Pedro Duarte, Ana Janine e Ricardo Lopes.

Brevemente serão divulgadas mais informações sobre a “agenda europeia” da JSD

Em Dublin, Pedro Duarte e Ricardo Lopes debateram a Aliança Atlântica

O Presidente da Mesa do Congresso e o Director de Relações Internacionais da CPN estiveram presentes em mais uma iniciativa do YEPP (Juventude do Partido Popular Europeu), organização da qual a JSD é membro efectivo, contando já com um historial digno de nota.

Os trabalhos decorreram na capital irlandesa de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro, e da agenda faziam parte um seminário e um Council Meeting.

Pedro Duarte (que é Vice-Presidente do YEPP) e Ricardo Lopes puderam participar na conferência “Acesso à Aliança Transatlântica em Segurança Global”, com oradores de prestígio europeu e representantes da Amnistia Internacional.

Durante o Council Meeting a JSD teve papel de destaque, pelos elogios de que foi alvo pela organização de alguns eventos (que em breve serão notícia) mas também pela apresentação de um relatório sobre a importância da reunião de esforços entre EUA e UE para a resolução dos problemas do Médio Oriente e Cuba (da responsabilidade de Ricardo Lopes).

Na Madeira:

Deputado Gonçalo Capitão debateu a Comunicação Social



A convite da JSD, o Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do PSD, deslocou-se ao Funchal para mais uma acção de formação de dirigentes e militantes.

Este Deputado da JSD debateu “A Comunicação Social e a Política” com jovens quadros do partido e, na presença também de vários jornalistas, avançou com algumas ideias para discussão tais como um novo enquadramento da divisão de poderes, que passe pela inclusão da comunicação social como o quarto poder efectivo.

Na perspectiva de Gonçalo Capitão, “a divisão clássica dos poderes – Executivo, Legislativo e

Judicial – é um conceito cuja a elasticidade está gasta.

Na sua intervenção, abordando o relacionamento Políticos/Imprensa, referiu que “apesar dos media condicionarem, cada vez mais, a representação da classe política e a participação dos eleitores – a maioria dos políticos ainda lida com essa realidade de uma forma muito clássica. Ou seja, preferem fingir que não estão a ouvir a música, mas lá vão dançando.”

Sobre as novas realidades de mediatismo e informação, Gonçalo Capitão aponta como uma das conclusões que a televisão e a Internet estão a revolucionar a forma de fazer política e a renovar a esperança numa democracia mais directa

JSD/Seixal organiza Torneio de Futebol

A Secção do Seixal organizou no Polidesportivo de Corroios mais um Torneio de Futebol de 5, tendo juntado mais de meia centena de atletas.

A Prova contou com a presença de muitas secções do Distrito, entre as quais Almada, Barreiro, Seixal, Sesimbra e Setúbal, tendo proporcionado momentos de boa disposição e sã convivência política e desportiva., na melhor tradição social democrata.

A vitória coube à equipa da freguesia de Fernão Ferro (Seixal) por 2-1 (nas grandes penalidades) sobre a da Secção do Barreiro, tendo sido o Secretário-Geral Adjunto do PSD, Bruno Vitorino, com o seu habitual fair-play, a desperdiçar a transformação do castigo máximo.



Madeira Região Europeia 2004: Intervenção Parlamentar de Carlos Rodrigues



O Deputado da JSD Carlos Rodrigues, eleito pela Madeira, interveio no passado mês no hemiciclo de S. Bento sobre a atribuição do título de Região Europeia 2004 à “Pérola do Atlântico”.

«Esta designação é atribuída, anualmente, a duas regiões europeias que se tenham candidatado e que tenham contribuído para o ideal europeu de forma acentuada. Visa dar a conhecer as diferentes realidades regionais e promover a diversidade como factor de desenvolvimento e uma das mais importantes riquezas e pilares do continente europeu. (...)»

«Nunca é demais lembrar de onde partimos e até onde chegamos. É tudo tão cristalino como a água do degelo, passámos da região mais atrasada do país para uma das mais desenvolvidas. Passámos de um dos produtos per capita mais baixos para atingirmos 116 % da média nacional.»

Na sua intervenção, o parlamentar da JSD não deixou de se congratular com o trabalho que vem sendo realizado pelo PSD na Madeira e de lamentar a forma como alguma imprensa vem tratando os líderes da Região.

José Eduardo Martins falou de Ambiente com a JSD



A JSD de S. Pedro do Sul levou a efeito um seminário sobre ambiente.

A iniciativa decorreu a 7 de Fevereiro, no Auditório Rainha D. Amélia, nas Termas de S. Pedro do Sul, com os seguintes painéis: Separação de Resíduos Sólidos, Energias Alternativas e Ambiente.

Estiveram presentes oradores bastante documentados sobre as matérias, representado instituições como a Quercus, o Planalto Beirão e a Universidade da Beira Interior.

O Encerramento ficou a cargo do Secretário de Estado do Ambiente.

BREVEMENTE NOTICIAREMOS:

- O trabalho parlamentar da JSD sobre Voluntariado Jovem para a Floresta;
- O comunicado da JSD/Sertã sobre obras e modificações urgentes no concelho.

Estas e outras notícias podem ser consultadas em www.jsd.pt

Em Tomar:

Jorge Nuno Sá abordou a agenda política



A convite da Comissão Política de Secção da JSD de Tomar, o Presidente da JSD esteve presente em mais uma iniciativa de formação de quadros locais.

Os debates tiveram lugar na Residencial Trovador, a 7 de Fevereiro último, e iniciaram com uma explicação acerca do papel d Governos Cívicos e o seu enquadramento na Administração Pública. O orador, Orlando Cavaco, falou na sua dupla condição de autarca e adjunto do Governador Civil de Santarém. Este antigo dirigente distrital da JSD, aproveitou a oportunidade para esclarecer os presentes acerca do processo de descentralização que está a ser trabalhado pelo Governo, focando aspectos com as tão faladas Áreas Metropolitanas e Comunidades Urbanas.

Após uma pausa para o convívio de almoço, que juntou inúmeros dirigentes e militantes da secção, os presentes ouviram falar da “Orgânica interna da JSD e o que muda com a recente revisão estatutária”. O Director de Informação da JSD e também Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Santarém, Paulo Colaço, abordou o último Congresso Nacional fazendo um balanço das alterações estatutárias. Os novos direitos, as novas competências, novos órgãos e demais assuntos foram analisados aos pormenores.

“As Juventudes Partidárias e a Sociedade Civil” foi o tema central da intervenção do Presidente da JSD, que não se escusou igualmente de falar da actualidade política nacional.

Entre a importância da JSD no panorama político português e a relevância da participação atenta dos cidadãos na vida do País, foram vários os assuntos abordados: Interrupção Voluntária da Gravidez, Medidas de Prevenção e Apoio à Gravidez na Adolescência, Serviço Militar Obrigatório, Voluntariado Jovem para a Floresta, Habitação, entre outros.

Num concelho social democrata, Jorge Nuno Sá falou da vocação autárquica da JSD aliciando os jovens quadros do partido a empenharem os seus esforços em prol da sua terra. Em jeito de desafio, aproveitando a presença de Carlos Carrão (líder do PSD/Tomar), chamou a atenção para a integração de quadros jovens nas candidaturas autárquicas, repto do agrado do presidente da concelhia do PSD.

Os moderadores dos debates foram Júlio Silva (Presidente da Mesa do Plenário), António Jorge (Secretário Geral da Secção) e João Tenreiro (Presidente da JSD/Tomar), que procedeu ao encerramento dos trabalhos, fazendo as conclusões do mesmo.



“II Torneio de Karts JSD/Évora – Corrida para a Europa”

A Comissão Política Concelhia da JSD de Évora está já a projectar o seu II Torneio de Karts, que pretende ultrapassar o sucesso da primeira edição.

Tendo juntado cerca de sessenta concorrentes, mais de uma centena de convivas e 14 equipas representando distritais e órgãos da JSD, esta iniciativa foi um marco de encontro de dirigentes e militantes da JSD. Até o Ministro Morais Sarmiento não deixou de concorrer por uma das equipas.

Com o mote “Corrida para a Europa”, a próxima prova será a 1 de Maio no Kartódromo de Évora. Mais promenores serão dados brevemente: entretanto, a CPS/Évora recomenda que se comece já a pensar em formar equipas!

JSD/Paços de Ferreira visita o Concelho

A Comissão Política da JSD de Paços de Ferreira efectuou no passado 31 de Janeiro uma visita à Freguesia da Seroa.

O grande objectivo desta acção era conhecer as novas instalações desportivas ao dispor da população desta freguesia. A delegação da JSD foi acompanhada e guiada pelo próprio Presidente da Junta de Seroa e pelo seu executivo, que deram igualmente a conhecer uma série de obras e projectos destes autarcas social democratas.

Concluiu a CPS pacense que Seroa é um exemplo (entre muitos outros) no que diz respeito à “criação de condições de vida para os seus conceterrâneos, tendo em conta as infra estruturas desportivas, empresariais e habitacionais que existem ao dispor de todos”.

JSD/Reguengos de Monsaraz organiza:

1º Passeio TT Alqueva Laranja

Com o objectivo de promover um convívio entre militantes e dar a conhecer a bonita região aos companheiros de concelhos vizinhos, esta secção da JSD leva a efeito um passeio de Moto4.

A prova de Todo-o-Terreno tem lugar no próximo dia 24 de Abril, pelo que brevemente daremos notícias sobre as inscrições, contactos e toda a informação habitual nestas actividades.

Durão Barroso recebe o «líder» da oposição ucraniana



O Primeiro-Ministro Durão Barroso recebeu na residência oficial em São Bento, o político liberal ucraniano Viktor Iuchtchenko, líder da maior coligação de oposição, na qual votaram maioritariamente, nas últimas legislativas, os seus compatriotas imigrados em Portugal.

José Manuel Durão Barroso concedeu esta audiência no quadro da maior comunidade estrangeira radicada no país, a ucraniana - que poderá ultrapassar os 100.000 indivíduos, dos quais acima de 60.000 legalizados - disse à Agência Lusa uma fonte próxima do PM.

A mesma fonte adiantou que o chefe do governo português é ainda sensível ao facto de o dirigente da coligação "A Nossa Ucrânia" (Nasha Ukrayina), com a simpatia da maioria dos 48 milhões de ucranianos, ter grandes possibilidades de ascender à presidência do seu país nas eleições de Outubro.

A coligação de uma dezena de partidos liderada por Iuchtchenko compreende um espectro que vai da direita nacionalista ao centro-esquerda, agrupando, ombro a ombro, opositores e simpatizantes do actual presidente ucraniano, Leonid Kutchma.

Jovem, dinâmico, patriota declarado, reformista e um profissional considerado incorruptível, é uma personalidade em absoluto contraste com os "apparatchiks" soviéticos que, mais de uma década depois da independência, continuam a formar a alta

roda política ucraniana.

Viktor Iuchtchenko, 49 anos, casado com uma norte-americana de ascendência ucraniana e com quatro filhos, já foi durante um ano e meio Primeiro-Ministro, entre Dezembro de 1999 e Abril de 2001, caindo em resultado de uma moção de censura apresentada no hemiciclo pela linha dura dos comunistas e mais cinco partidos.

Ao longo do período em que esteve à frente do executivo, reduziu a dívida externa superior a 2.000 milhões de euros e criou condições para o crescimento de seis por cento do Produto Interno Bruto (PIB), tendo no horizonte os critérios da União Europeia (UE), num equilíbrio equidistante dos Estados Unidos e da poderosa vizinha Rússia, em relação à qual preconiza uma parceria baseada no respeito mútuo.

Nas legislativas de 31 de Março de 2002, embora fossem denunciadas fraudes nas urnas, "A Nossa Ucrânia" obteve 24 por cento dos votos, ficando à frente do Partido Comunista da Ucrânia (CPU, com 20 por cento) e da coligação "Por uma Ucrânia Unida" (PUU), fiel a Kutchma, com 12 por cento. Em Portugal, dos 209 votos entrados na embaixada ucraniana, 147 foram para a coligação "A Nossa Ucrânia".

Para as próximas presidenciais, todas as sondagens dão a vitória clara a Viktor Iuchtchenko.

-Lusa

Editorial



O CAMINHO DA VERDADE

É bom e reconfortante ouvir um conjunto de gestores, empresários, economistas e académicos afirmarem que hoje as empresas Portuguesas estão mais fortes e mais competitivas. É bom saber que estas individualidades são referências no tecido económico e cujas opiniões são sempre sinceras, frontais e oportunas.

Todos temos consciência que a renovação de um modelo económico tem custos sociais a curto prazo.

Esses custos em Portugal são objectivamente a contenção salarial e o desemprego. Infelizmente não é conhecida outra fórmula mais suave para a revitalização da economia e para a adaptação aos novos mercados Europeus e mundiais em que estamos envolvidos. O Governo de Portugal atento a esta realidade tem criado um conjunto de políticas sociais com o objectivo de memorizar estes danos. Os Portugueses estão a deixar de exportar "minutos" de trabalho a baixo custo.

Começamos a vender para o estrangeiro mais do que simples mão de obra. Começamos a vender produtos com cadeias de valor acrescentado. E esse é o único caminho. As vantagens competitivas da exportação que tínhamos conduziam a baixos salários e à continua deslocalização dos investimentos. Os índices de exportação não cresceram significativamente, mas melhoraram substancialmente no que toca à "qualidade" da exportação. E isto é que relevante porque é aqui que está o amanhã.

Só assim os salários reais podem crescer, só assim o investimento industrial pode ser mais estável, só assim o emprego pode subir.

Os resultados positivos nas empresas já se sentem, mais alguns passos e esses mesmos resultados positivos vão chegar às famílias.

O caminho não foi, nem é fácil mas é o único. Os Portugueses estão mais uma vez a provar que são capazes.

Mota Amaral preside à comemoração do tratado de Methuen

